

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

ARROGÂNCIA!

Que Governo dito socialista é este que controla a comunicação social e reprime a liberdade de informação! Assim que vê ou ouve algo o mais levemente contra o que tem feito ou sobre o que não tem feito, grita logo aos directores de informação das várias redacções que têm de parar e começar a laudar o Governo...

Parece que têm saudades do lápis da censura, só que agora mudam-lhe a cor para rosa!

Que Governo dito socialista é este que usa e abusa da publicidade e do marketing, de forma profissional, independentemente do que faz e principalmente do que não faz. Os assessores, às dezenas em cada Gabinete ministerial, como criticou recentemente o Tribunal de Contas, gastam o seu tempo a promover a acção e a omissão governamental, em vez de o usarem para preparar a execução de políticas para os portugueses em cumprimento das promessas eleitorais...

Parece que têm saudade do velho SNI, só que agora lhe mudam as cores para rosa!

Que Governo dito socialista é este para quem só está certa a versão do Governo. Ministros escondem estudos e pareceres técnicos, só para poderem jurar em público que a sua opção é a única boa para o País! A OTA assim vai, contra tudo e contra todos. Só resta saber a favor de quem ou de quê! A atitude claramente autista do Governo é paradigmática da sua atitude geral em toda a sua actuação. Faz lembrar a co-incineração de Sócrates, aquela que ninguém ainda hoje percebe para que servia ou se servia para alguma coisa, tanto é que ainda não foi levada por diante por este Governo...

Parece que têm saudade de quando a comunicação social só publicava a versão do Governo, só que agora lhe mudam a cor para rosa!

Que Governo dito socialista é este que quer controlar a polícia, toda a polícia e em conjunto o Ministério Público. Criam a SISI, qual princesa romântica que morreu cedo, comungando da mesma tragédia, avançam sem explicações e num secretismo democraticamente pouco saudável, concentrando nas mãos do PM toda a informação e poder sobre a investigação criminal do País...

Parece que têm saudade da polícia do antigamente, só que agora lhe mudam a cor para rosa!

Vai na volta está finalmente encontrado quem votou em Salazar para melhor português de todos os tempos...

A arrogância pelo menos é a mesma!

“OTA”

«Apelo ao Governo que tenha a humildade de parar para reflectir nesta matéria»



Não é um acto de fraqueza, é um gesto de responsabilidade!

Destaques:

Conferência sobre a Ota e soluções alternativas

Pag 2 e seguintes

PSD renova repto ao Governo para aceitar proposta de redução do IVA e do IRC

Leia em “actividades do PSD”

Câmara de Lisboa reduz milhões em despesas

Leia em “Local, Lisboa”

O PSD promoveu uma conferência técnica sobre a Ota num alerta para o “erro crasso” e “irremediável” que pode vir a ser a localização do novo aeroporto



O PSD organizou na segunda-feira uma conferência sobre o novo aeroporto internacional de Lisboa, em “mais uma tentativa de esclarecimento” e alerta para o “erro crasso” que poderá constituir a construção daquela infra-estrutura na Ota.

“É mais uma tentativa de esclarecimento e uma tentativa para alertar para o erro crasso que dificilmente será depois emendado”, disse à Lusa o vice-presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro, Miguel Relvas.

A conferência, com um cariz “eminentemente técnico”, realiza-se segunda-feira e tem como tema “O novo aeroporto de Lisboa: na Ota ou noutra local?”.

A abertura da conferência será marcada por intervenções do presidente do Instituto Francisco Sá

Carneiro, João Bosco Mota Amaral, e do bastonário da Ordem dos Engenheiros, Fernando Santo.

No primeiro painel, dedicado aos “aspectos estruturais”, foram oradores o professor catedrático em Transportes José Manuel Viegas, o professor catedrático em Urbanismo e Transportes e o secretário-geral da Sociedade de Geografia, António Diogo Pinto.

No segundo painel, subordinado aos “aspectos operacionais”, irão intervir o professor de Urbanismo e Transportes Paulino Pereira e o director do Aeródromo Municipal de Évora, Lima Bastos.

O líder do PSD, Luís Marques Mendes, fez o encerramento da conferência.

Destacando a importância desta iniciativa do Instituto Francisco Sá Carneiro, Miguel Relvas, que é

também presidente da comissão parlamentar de Obras Públicas, sublinhou que a decisão sobre a localização do novo aeroporto internacional de Lisboa deverá caber aos técnicos.

“Ao Governo compete decidir a construção, aos técnicos compete decidir a localização”, afirmou.

A opção do Governo em construir o novo aeroporto internacional de Lisboa na Ota, a cerca de 50 quilómetros a norte de Lisboa, tem vindo a ser contestada pelos socialistas-democratas, nomeadamente por não ter possibilidades de expansão, ser cara demais e ter defeitos importantes de ordem técnica

Há cerca de duas semanas, quando anunciou a realização desta conferência, Luís Marques Mendes defendeu a necessidade de ser encontrado um “consenso técnico

alargado” sobre esta matéria.

“Todos os técnicos, todos os especialistas, todos os estudos conhecidos dizem que há outras soluções e que há outras alternativas [à Ota] e acrescentam que essas soluções e essas alternativas não foram estudadas e não foram analisadas”, tinha, na altura, acrescentado o líder social-democrata.

Na segunda-feira, quando da realização do colóquio, que foi um indiscutível sucesso, não apenas pela assistência, mas pela qualidade dos interventores, e que teve como tema «O novo aeroporto de Lisboa: na Ota ou noutra local?» o líder do PSD apelou, no seu discurso de encerramento, a um consenso alargado sobre o novo aeroporto de Lisboa, para evitar a construção de mais um elefante branco em Portugal, convidando ao mesmo tempo o Governo para que tenha a humildade de parar para reflectir nesta matéria: «Apelo para que o Governo ouça, não seja autista. Recuar não é um acto de fraqueza, é um gesto de responsabilidade», afirmou.

Marques Mendes insistiu na necessidade de um consenso técnico alargado, advertindo que a teimosia em questões sérias como esta só conduz a precipitações.

O presidente do PSD sublinhou que existem alternativas à Ota e há tempo para as estudar. «Se há alternativas, porque não são estudadas? Se a Ota tem problemas sérios, porque se insiste? Se é cara demais, porque se insiste no capricho?», interrogou Marques Mendes, reiterando que o Governo tem de «abandonar a política do quero, posso e mando».

Marques Mendes defendeu ainda que a construção do novo aeroporto da Ota «não é uma questão partidária, mas um combate nacional», representando um investimento estruturante que irá comprometer os próximos Orçamentos de Estado e os próximos Governos. «A construção do novo aeroporto só começará no próximo Governo. E este é um assunto suficientemente sério para não se cair em teimosias», salientou.

Durante a manhã, diversos especialistas que participaram no colóquio, alertaram para que se recupere o «bom-senso» no processo



de construção do novo aeroporto de Lisboa, defendendo o aprofundamento dos estudos de alternativas à Ota. «É preciso recuperar o bom-senso. Pretende-se apenas que o Governo aceite estudar brevemente hipóteses alternativas», expressou José Manuel Viegas, professor catedrático em Transportes do departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico.

Segundo este especialista em Transportes, as localizações alternativas - Poceirão e Faias – têm algumas vantagens em relação à Ota, desde logo, por estarem localizadas a uma menor distância de Lisboa, em terrenos mais planos e fora da Rede Natural. Além disso, acrescentou José Manuel Viegas, o Poceirão está localizado a cerca de dois quilómetros da linha de caminho de ferro e qualquer uma dessas duas localizações permitirá uma redução de custos superior a mil milhões de euros. Pelo contrário, a Ota tem «problemas aeronáuticos sérios», uma capacidade de expansão limitada, custos muito mais elevados e piores acessibilidades.

Fernando Nunes da Silva, professor catedrático em Urbanismo e Transportes do departamento de Engenharia Civil e Arquitectura do Instituto Superior Técnico, recuperou o apelo deixado por José Manuel Viegas, alertando igualmente para a necessidade de «recuperar o bom-senso e parar para pensar». «Foi um processo de decisão extremamente atabalhoado», exclamou, sublinhando a importância de analisar as questões técnicas em profundidade «antes de se tomar decisões extremamente complicadas e com impactos estruturantes».

Como argumento para reabrir o processo de decisão sobre qual a melhor alternativa de localização para construir o novo aeroporto internacional de Lisboa, Nunes da Silva apontou, entre outros aspectos, a alteração da lógica de ordenamento do território. «Há novos dados em relação à Ota, que os estudos iniciais apenas afluam», disse.

António Diogo Pinto, secretário-geral da Sociedade de Geografia de Lisboa, manifestou a sua discordância contra a construção do novo aeroporto na Ota. E alertou para o problema dos custos. De acordo com este responsável, a Ota poderá custar mais 60 por cento do que os 3 mil milhões de euros previstos pelos estudos iniciais. «Quem pagará? Ou serão os passageiros ou os contribuintes», frisou António Diogo Pinto.

Todos os prestigiados técnicos presentes pensam que este assunto é sério demais para ser “arma de arremesso” político e que ainda há tempo para “estudar outras soluções”.

Esta atitude flexível e racional contrasta seriamente com as declarações do ministro das Obras públicas, Mário Lino, que afirmou que “a decisão política está tomada e só mudará por milagre. E eu não acredito em milagres...” - **Povo Livre**



Marques Mendes em Oleiros (Castelo Branco) pede ao Governo que “repense o encerramento dos SAP no interior



O nosso Presidente, Luís Marques Mendes, juntou-se a um protesto da população local, em defesa do Serviço de Atendimento Permanente (SAP), que está ameaçado de ter de cessar a sua actividade de 24 horas por dia, apelando ao Governo para que não encerre serviços de saúde espalhados pelo país, em especial nas regiões do interior, no âmbito da anunciada reformulação do sector.

O ministro da Saúde anunciou na última semana o encerramento de “todos” os 70 SAP do país que atendem actualmente menos de 10

pacientes no período nocturno mas «só depois de criadas as condições necessárias e em consonância com os municípios».

Em Oleiros, a preocupação sobre o futuro do SAP levou hoje a população a encher o centro da vila, por onde passou Marques Mendes acompanhado pelo presidente da Câmara, José Marques (PSD), a caminho de uma visita ao centro de saúde para se “solidarizar” com os residentes.

“Faço um apelo ao Governo e ao primeiro-ministro em particular para

que olhe para este e outros casos e não insista na teimosia de encerrar serviços de saúde que são essenciais para a população, em especial no interior”, referiu o líder do PSD.

“Oleiros é um concelho especialíssimo”, frisou, destacando o problema do isolamento. “Qualquer alternativa está a, pelo menos, uma hora de distância. Uma hora pode ser a diferença entre a vida e a morte e isto não é um exagero”, sublinhou.

“Há três coisas que me parecem muito importantes: o Governo tem que deixar de tratar os portugueses como números, é preciso acabar com esta política de costas viradas para o interior do país e sobretudo é preciso parar com a ideia de que a saúde é um luxo”, acrescentou.

“A saúde é um direito de todos, em especial dos mais pobres e necessitados. Faço o convite ao Governo para que se deixe de teimosias e com senso pratique justiça social”, referiu Marques Mendes, para quem o tema “não tem a ver com partidos, nem com a luta entre Governo e oposição. É uma questão de cidadania”, destacou.

O director do centro de saúde de Oleiros, Luís Fernandes, afirma que, neste momento, só “...sabe o que aparece na comunicação social. Não há certeza, o que deixa a população inquieta”, descreve.

Aquele responsável, defende a manutenção da equipa nocturna (um médico, um funcionário administrativo e um enfermeiro) devido ao isolamento do concelho.

“Fiquei surpreendido quando se falou da possibilidade de encerramento”, refere. O hospital mais próximo, em Castelo Branco, está a mais de 45 minutos de distância. Outra hipótese seria cobrir Oleiros com novos serviços de saúde na Sertã, concelho vizinho, “mas para essa zona as acessibilidades também são más”.

Segundo Luís Fernandes, o centro de saúde de Oleiros está apto a fazer pequenas cirurgias e maior parte das

urgências atendidas no horário do SAP têm sido ali resolvidas, sem necessidade de transporte para outras unidades.

O centro de saúde está a funcionar actualmente em instalações temporárias, uma vez que está em construção um novo edifício, que deverá ser inaugurado, o mais tardar, no início do próximo ano, refere aquele responsável.

“Espero que nessa altura continuemos a ter o SAP. Aliás, as novas instalações foram pensadas para isso”, concluiu.

- Gab. Imp.PSD, Lusa



Na tomada de posse da nova CPD da Guarda

Marques Mendes defende fim da política do “quero, posso e mando” de Sócrates

O presidente do PSD, Marques Mendes, esteve na segunda-feira na Guarda, no jantar da tomada de posse da nova Comissão Política Distrital do PSD/Guarda, presidida por Álvaro Amaro, presidente da Câmara de Gouveia, onde também aproveitou para fazer o balanço político de dois anos do actual executivo. Marques Mendes lembrou que “está na altura de pôr fim à actual política do “quero, posso e mando”, seguida pelo actual Governo socialista”, disse.

Sobre a política seguida por José Sócrates, o líder nacional do PSD considerou tratar-se de “uma política de autoritarismo, prepotente, arrogante” e “uma política que só conduz à precipitação”.

Admitiu que “decidir é importante” mas do seu ponto de vista, “decidir desta forma, sem critério e sem justiça, só leva à perturbação social, só faz virar portugueses contra portugueses”, disse, numa referência às medidas que o Governo está a aplicar no sector da saúde.

“Deixe de tratar as pessoas como números. As pessoas não são números, são pessoas, merecem respeito”, desafiou.

Apelou ainda a José Sócrates para que “tenha uma especial atenção no domínio da saúde com o interior de Portugal” argumentando que “a saúde é um direito de todos”.

Aludiu à reforma que está a ser feita neste domínio, com o encerramento de urgências e Serviços de Atendimento Permanente nocturnos, para apelar ao primeiro-ministro que “pare com esta política de permanentes encerramentos sem critérios, num desrespeito total pelas

populações”.

“Esta política de saúde que está em marcha, é um exercício de levandade e de ligeireza”, considerou.

Marques Mendes afirmou ainda na sua intervenção que o Governo tem seguido políticas erradas para o país em particular a do aumento de impostos” e “merece ser substituído”.

“Assistimos todos os dias a fábricas que fecham e a empresas a sair de Portugal”, observou, classificando a actual política fiscal como sendo “irresponsável e leviana”.

“Hoje a taxa de desemprego já não é de 7,1 por cento, é de 8,2 por cento, bastante mais do que há dois anos atrás”, apontou.

“Em vez de mais 150 mil postos de trabalho, o que temos é mais desemprego. O que é isto senão um Governo falhado que merece ser substituído?”, assinalou Marques Mendes.

As palavras de Álvaro Amaro

O Presidente da Comissão Política da Guarda, Álvaro Amaro, nas palavras que proferiu na mesma ocasião, lembrou que o PSD da Guarda deu um exemplo de energia e de cultura democráticas, numa disputa eleitoral que confrontou duas orientações para a condução do Partido e duas personalidades para a liderança.

Pura e simplesmente: Duas candidaturas legítimas, valorizadoras do debate político e mobilizadoras dos militantes.

Nunca uma luta de inimigos ou

de cultura ideológica e interesses estratégicos.

Bem pelo contrário. Sabemos e prezamos acima de tudo, o que nos une.

Porque assim é, permitam-me o meu cumprimento especial ao companheiro Fernando Andrade e, nele, a todos os que expressaram as suas convicções numa orientação diferente para o PSD da Guarda, tão nobre a legítima como a dos que, comigo, deram forma a mais uma ideia vencedora.

Quero pois, agradecer a presença de todos neste acto simbólico de posse, que é responsabilizante e estimulante.

É particularmente estimulante a presença do Presidente do Partido, Dr. Luís Marques Mendes.

Era nosso dever ir a Lisboa, à sede do PSD, apresentar-lhe cumprimentos. Está cumprida a formalidade e com o nosso agradecimento por ter vindo até nós, não apenas para ser feita a análise de dois anos do Governo Socialista, mas também porque eu sei quanto deseja liderar o Partido sempre próximo dos militantes e amanhã liderar o País sempre próximo de todos os Portugueses.

É por esse objectivo que vamos trabalhar. É para ganharmos 2009.

De resto, é bom recordar que a sua liderança já nos conduziu a grandes vitórias eleitorais e à reconquista de influência eleitoral e partidária, capazes de demonstrar uma evidência: o País só não se identifica com o PSD quando ele se distancia do próprio País para se fixar em vaidades, culturas de elite e desprezo pela nossa matriz ideológica, cultural

e histórica.

O PSD não tem apenas ganho batalhas políticas e eleitorais. Tem demonstrado, e deve continuar a demonstrar, maturidade cívica, identificação e produção de alternativas de política, reconhecimento dos méritos e combate aos equívocos, delimitação dos territórios ideológicos e das opções programáticas, conhecimento dos problemas e dos constrangimentos, estudo de soluções e visão estratégica para o desenvolvimento equilibrado e sustentado do País.

O PSD não pode dar ao País a ideia de que o seu debate interno e as suas tensões, são determinados por meras questões de estilo, de timbres ou de postura mediática.

Não podemos quase aplaudir as políticas do Governo, enquanto exigimos maior empenhamento crítico e maior vigor na oposição a essas mesmas políticas e a esse mesmo Governo. Não podemos clamar contra a exclusão quando procuramos o nosso próprio ninho e alimentamos as nossas ambições egoístas.

Não é difícil perceber que, muitas vezes, nós somos o nosso próprio problema. E que os portugueses vão notando com clareza e nitidez, que o Governo é o problema do País.

O PSD da Guarda quer ajudar a ultrapassar este estado de coisas no País, a confrontar os desafios que se colocam nos tempos de hoje.

A nossa maior atenção não deixará de ser dirigida, no entanto, aos problemas da nossa região. O distrito da Guarda apresenta-nos desafios de grande alcance que só são resolúveis com trabalho, empenho, capacidade



de diálogo com os nossos concidadãos, confronto de opiniões e de alternativas e a demonstração da nossa capacidade e dos nossos valores.

Não descansaremos na contribuição política para a vitória eleitoral do PSD em 2009, na formulação de soluções alternativas, na reafirmação de uma aliança afectiva entre os portugueses e a social-democracia.

Temos noção de que os desafios do País não são menores nem mais fáceis de ultrapassar. Pelo contrário. Lidamos com problemas de natureza distinta, com máquinas de propaganda mais poderosas, com culturas de poder mais limitadoras das liberdades públicas e individuais.

O País está cercado por um poder que vive dele próprio, que organiza a sua estratégia em função de uma ideia aparente

O País está cercado por um poder que vive dele próprio, que organiza a sua estratégia em função de uma ideia aparente, longe da realidade do dia a dia dos portugueses e das suas condições de vida.

Uma das nossas tarefas centrais será, também, contribuir para a denúncia política do estado da Nação.

O PSD da Guarda tem um percurso bem definido na sua acção política e partidária.

O de unir os militantes na acção colectiva e não dividir as energias e os objectivos.

O de acrescentar valor à reflexão e análise da situação política do País, não caindo na tentação de diminuir os espaços de intervenção ou limitar o seu olhar crítico com divergências internas artificiais e desmobilizadoras.

O de agir em coerência com as orientações globais estratégicas e com as opções partilhadas e assumidas e não por caminhos de duvidoso alcance, por zig-zags permanentes na expectativa absurda do ganho pessoal imediato.

Caros Amigos e Companheiros

Estes nossos percursos e estas nossas opções só nos podem levar a termos uma relação com o Partido, com os cidadãos e com o País que seja elevadora da função política, merecedora do respeito público e credora do mandato popular.

Não nos deixaremos envolver em questões menores da política. Para nós o que é essencial é falar claro aos nossos concidadãos, é demonstrar a validade política das nossas opções, é denunciar os erros estratégicos do actual Governo e da sua liderança.

Porque o País está a ser arrastado para um empobrecimento crescente e em que os cidadãos vão perdendo poder de compra e qualidade de vida.

Porque estamos a ser mergulhados numa crise social sem precedentes, que começa a alimentar dificuldades de identidade cultural e de valores.



Porque a nossa vida colectiva é objecto de uma manipulação permanente, instrumentalmente ao serviço de políticas e de opções que nos penalizam e nos empurram para a cauda do desenvolvimento.

Porque a insensibilidade social é cada vez mais a marca do governo Sócrates, em que a atracção dos fins (a manutenção do poder) vai justificando os meios.

Caros Amigos e Companheiros

Contem connosco para duas coisas essenciais: agir e reagir aos desafios partidários, mas principalmente para agir e reagir aos desafios do nosso Distrito da Guarda.

Um Distrito que para além das suas riquezas, do seu enorme potencial, não tem conseguido criar um pólo dinamizador a partir da sua capital de Distrito. É importante que o consiga. É mesmo muito importante que não perca mais oportunidades.

A última, será porventura até 2013.

Nesse sentido, apresento aqui uma primeira iniciativa que iremos desenvolver com um conjunto de personalidades e que se consubstanciará na elaboração de um Livro Branco relativo à Guarda, com particular incidência na Cidade e no Concelho. E porque?

Justamente porque entendemos uma capital de Distrito como pólo aglutinador em que todos se revejam e nele reconheçam isso mesmo.

Sejamos francos e sinceros.

Em todos os quadrantes políticos e na própria Sociedade Civil, se reconhece essa lacuna.

Queremos dar o nosso contributo da forma mais despartidarizada possível, elaborando o Livro Branco e sujeitando-o a debate público.

Tal acontecerá no primeiro trimestre de 2008.

Este é um Distrito que entre 1991 e 2004 perdeu 900 pessoas por ano, diminuiu o índice de juventude (de 8,1 para 4,9), diminuiu o número de alunos matriculados entre 1999/2000 e 2004/2005 no Ensino Básico de 21,5%, no Ensino Secundário 30,9%

e no Ensino Superior 11,7%.

E que dizer da Saúde?

Entre 1993 e 2003, aumentaram as consultas nos Centros de Saúde em 16% e o número de médicos por cada 1000 habitantes cresceu de 1,13 para 1,67.

Mas se este é um bem precioso – o acesso a melhores cuidados de saúde – eis senão quando, um Governo em pleno século XXI, em vez de nos ajudar, antes prefere retirar, ou fechar, ou, em suma, mandar mais gente embora.

Vejam só:

Se porventura o Governo teimasse em levar por diante a sua reforma absurda, injusta e até imoral, com encerramento nocturno de 11 SAP's no Distrito, isso significaria que mais de 6.000 pessoas por ano deixariam de ter acesso a este tipo de cuidados com grandes profissionais de saúde que agora até poderão vir a ser substituídos por call centers.

É para ajudar a alterar este estado de coisas que estamos aqui.

“...há algum tempo me empenho, dentro e fora do Partido, para que o PSD assumo como sua, a bandeira da interioridade, da coesão territorial»

O Senhor Presidente da CPN sabe bem que há algum tempo me empenho, dentro e fora do Partido, para que o PSD assumo como sua, a bandeira da interioridade, da coesão territorial o que, em última instância, justifica, isso sim, um País mais equilibrado e por isso mais justo.

É um “atentado político” não se olhar para este quadro, sem se deitar mão a um conjunto de políticas públicas activas, com forte pendur na política fiscal.

Para ser totalmente justo, devo aqui testemunhar a sensibilidade já manifestada pelo Dr. Marques Mendes para que o PSD apresente um conjunto de propostas concretas, na linha do que já fez, por exemplo, para

as pequenas e médias empresas.

Por nós, PSD/Guarda, e estas serão mais duas iniciativas, realizaremos em Trancoso e em finais de Maio o primeiro Fórum Temático, subordinado ao tema: “A Guarda, a Coesão Territorial e a Competitividade” e em Pinhel, em finais de Setembro, um segundo Fórum Temático, com o tema:

“Comunicação Social, Iniciativa e Desenvolvimento”.

Entretanto, no mês de Junho, faremos um acto simbólico de posse do Conselho Estratégico Distrital, que integrará até 20 personalidades e que nos ajudará, estou certo, a reflectir sobre problemas, que são muitos, e soluções concretas para problemas concretos.

No último trimestre deste ano, queremos articular com a JSD o lançamento de um Ciclo de Conferências associado à formação política, de modo a podermos vir a ter, aqui na Guarda, uma Universidade de Verão com o sucesso que hoje tem a de Castelo de Vide.

É importante esta formação de novos quadros políticos e é também aí que queremos dar o nosso contributo.

Senhor Presidente do Partido Caras Amigas e Caros Amigos

Falei-vos do que nos move, de princípios e de causas, de trabalho que a todos mobilizará, estou certo disso. Como tenho afirmado, ninguém se deve excluir da tarefa de engrandecer o PSD, em particular nesta altura, que o PS já mostrou, com a sua maioria absoluta, que as pessoas não contam, senão para resultados eleitorais.

O momento que vivemos e as respectivas sondagens, mais nos devem animar para cerrar fileiras e combatermos tantas políticas de desigualdade.

O PSD, mostrou nas suas maiorias absolutas, o Desenvolvimento.

O PS, mostra o Encerramento.

Temos que vencer a apatia, temos que denunciar e temos que credibilizar. É este o nosso caminho.

– Pres. CPD/PSD

Marques Guedes acusa Ministro da Saúde de mentir sobre reestruturação dos SAP

No dia 27, o PSD, pela voz do líder parlamentar Marques Guedes, acusou o ministro da Saúde de “mentir” quando disse que o encerramento de mais de 50 Serviços de Atendimento Permanente (SAP) estava previsto na proposta de reestruturação da rede de urgências.

“O ministro da Saúde andou a defender o encerramento de mais de cinco dezenas de SAP (...), escudando-se numa pretensa indicação de uma comissão técnica independente, com isso pretendendo sacudir do capote as suas responsabilidades. A verdade é que o ministro mentiu. Não houve qualquer estudo técnico sobre encerramento dos SAP”, afirmou o líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes.

Exibindo duas folhas alegadamente retiradas do relatório da comissão técnica de apoio ao processo de requalificação das urgências, Marques Guedes sublinhou que nesse documento é expressamente indicado que a matéria dos SAP “não foi alvo de discussão da comissão técnica, sendo informação fornecida pelas ARS”.

“Ciente desse facto, o ministério mandou retirar as páginas do relatório, procurando assim esconder ao público informação oficial. Só que as páginas existem e desmentem frontalmente o ministro”, acrescentou o líder da bancada do PSD, durante uma conferência de imprensa na sede do PSD.

Apelando ao Governo para “recuar nas suas intenções”, Marques Guedes defendeu que nenhum SAP deve encerrar sem previamente estarem asseguradas alternativas.

“É o que reclama o bom-senso, a



seriedade e o respeito que as populações merecem”, sublinhou, considerando que o processo de reorganização dos SAP é o exemplo “de um Governo mentiroso e sem pingo de vergonha”.

“Este comportamento é inaceitável. Denota um Governo sem transparência, sem seriedade e sem ética. Um Governo que falta à verdade. Um Governo que esconde informação oficial”, acrescentou.

Questionado se o PSD considera que o ministro da Saúde, Correia de Campos tem condições para continuar no cargo, Marques Guedes escusou-se a responder de forma directa, remetendo essa questão para o primeiro-ministro.

“A responsabilidade é do primeiro-ministro”, disse, admitindo, contudo, que se esta situação ocorresse num Governo PSD seria entendido que essas condições já não existiam.

Em relação à possibilidade do PSD propor a realização de um

inquérito parlamentar para esclarecer se a proposta de reestruturação da rede de urgências previa o encerramento dos SAP, conforme foi a semana passada admitido pela deputada social-democrata Ana Manso, o líder parlamentar remeteu uma resposta para os próximos dias.

“Nos próximos dias decidiremos”, referiu.

O Governo deu “cambalhota” ao admitir a possibilidade da redução de impostos

O PSD considera que o Governo deu uma “cambalhota” ao admitir a possibilidade de reduzir os impostos, e acusou o executivo socialista de estar já e apenas a pensar nas eleições legislativas próximas

“É uma cambalhota. O Governo começou por dizer que “nem pensar” em rduções e agora já vem admitir que as pode fazer”, afirmou o líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, numa reacção às declarações do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

No dia 27, em Bruxelas, o ministro das Finanças assegurou que o esforço de ajustamento orçamental vai continuar, apesar da melhoria do défice, sem prever uma diminuição de impostos antes do desequilíbrio estar “bem abaixo” dos 3,0 por cento do PIB.

Fernando Teixeira dos Santos balizou entre uma situação orçamental “suficientemente” abaixo desse valor limiar e outra “próximo do objectivo de médio prazo”, que pretende alcançar em 2010, para poder ter condições de “sinalizar”

com uma diminuição de impostos os esforços pedidos aos portugueses.

Por enquanto “não há folga” ao “esforço considerável” de ajustamento orçamental, sendo “ilusório” a possibilidade de um alívio em 2007, garantiu o ministro.

Questionado sobre estas declarações, Marques Guedes considerou-as uma “cambalhota” do executivo de maioria socialista, salientando que, quando os social-democratas propuseram a redução gradual do IVA e do IRC, “estavam a pensar no país, na reanimação da economia e no combate ao desemprego”.

Pelo contrário, acrescentou o líder da bancada do PSD, o Governo “ao empurrar qualquer decisão para mais próximo do acto eleitoral” está apenas a “pensar nas eleições e na caça do voto”.

PSD lamenta que a sessão plenária com a presença de Durão Barroso decorra no Senado

O PSD lamentou que a sessão plenária com a presença do presidente da Comissão Europeia, prevista para 13 de Abril, tenha sido marcada para a Sala do Senado, considerando que se trata de uma decisão que “desprestigia” a Assembleia da República.

“Parece uma questão de somenos importância, mas não é”, sublinha o líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, em comunicado.

Conforme ficou decidido na conferência de líderes, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, vai responder a perguntas dos deputados portugueses na Assembleia da República a 13 de Abril, numa sessão enquadrada nas comemorações dos 50 anos do Tratado de Roma, que começará às 10:00 e decorrerá na Sala do Senado.

O presidente da Comissão Europeia fará uma intervenção inicial e, depois, cada partido terá direito a duas rondas de perguntas a Durão Barroso.

Na nota distribuída ao final da tarde e assinada pelo líder do grupo parlamentar do PSD, Marques Guedes defende que a sessão plenária com o presidente da Comissão Europeia deveria decorrer na Sala das Sessões, à semelhança do que





aconteceu em iniciativas idênticas nos Parlamentos francês, esloveno e belga.

Por outro lado, acrescenta o líder da bancada social-democrata, a Sala do Senado não permite, sequer, a presença de metade dos deputados da Assembleia da República.

“Nenhum destes factos, porém, parece ter pesado numa decisão pequena e que secundariza o Parlamento nacional na construção europeia”, salienta Marques Guedes, criticando o “sinal político errado” que também é transmitido.

Além disso, é ainda referido na nota, “trata-se de uma decisão que visa desqualificar o debate dos deputados portugueses com a liderança da Comissão Europeia e menoriza o interesse político da actual discussão sobre o futuro da Europa, assim desprestigiando a própria Assembleia da República”.

PSD pede audição de ministro do Ambiente sobre as opções tomadas na Costa de Caparica

O Grupo Parlamentar do PSD fez um pedido de audição do ministro do Ambiente na Assembleia da República, para justificar as opções tomadas na Costa de Caparica. No requerimento, o PSD pretende a audição do ministro do Ambiente sobre a “defesa das orla costeiras na Costa de Caparica”, visto que alguns locais da cidade têm sido atacados pelo avanço do mar.

A Costa de Caparica foi afectada, até agora, em dois locais: nas dunas das praias de São João, local onde o Instituto da Água (INAG) já interveio e onde já não se apresentam quaisquer problemas, e no paredão frontal aos parques de campismo do INATEL e Clube de Campismo de Lisboa (CCL).

Este último ficou mesmo parcialmente inundado pelo mar nas últimas semanas e, nos últimos dias, tem-se procedido à remoção de areias e entulho do interior do parque.

António Neves, o presidente da Junta de Freguesia, disse ter recorrido ao Grupo Parlamentar do seu partido

“por ser uma opção que demora muito menos tempo” e por não ter competências para fazer este tipo de pedidos sozinho, apesar de realçar que estará presente na audição, se esta for aceite.

O requerimento foi pedido na segunda-feira passada, tendo António Neves confirmado que o pedido “foi analisado na terça-feira” e que será votado “durante a próxima semana”, altura em que ficará decidido se “o PS autoriza o pedido de audição”.

De acordo com o autarca, o requerimento surge da necessidade de “justificar as decisões que foram tomadas até agora” e de ouvir a posição do ministro do Ambiente sobre o caso.

“Queremos ouvir o ministro para saber se está bem informado, visto que nós achamos que não está, e, além disso, queremos saber porque é que o presidente do INAG não colocou pedra no local se os pareceres dos técnicos apontavam nesse sentido”, afirmou António Neves.

Na opinião de António Neves, o troço de paredão que ficou destruído pela força do mar “deveria ter sido reparado na sua fase inicial, em meados de Fevereiro, quando a situação ainda não era crítica”.

Uma reparação que, segundo o autarca, deveria passar pela imediata colocação de pedra de maiores dimensões vinda do exterior, umas operação que está agora a ser levada a cabo pelo INAG.

O requerimento realça ainda que a falha na protecção desta zona costeira se deve ao facto das intervenções realizadas no local pelo INAG não ter conseguido “evitar que o que restava do cordão dunar, assim como do trabalho de entroncamento que vinha sendo ali desenvolvido, fosse pura e simplesmente devastado pelo mar que galgou a estrutura e entrou terra adentro”.

António Neves disse ainda que também o Grupo Parlamentar do PCP pediu uma audição à Comissão de Ambiente da Assembleia da República para que o caso seja discutido, para que “deputados e grupos parlamentares sejam

esclarecidos sobre as intervenções feitas e por fazer na Costa de Caparica”.

O presidente da Junta de Freguesia declarou considerar que a reparação do paredão é “necessária não só para proteger um parque de campismo, mas para defender as praias de uma zona que é uma estância de turismo por excelência”.

«Quanto sobrou do III Quadro Comunitário de Apoio?»

O PSD quer saber dos atrasos do QREN

O PSD alertou, na semana passada, para o facto de que o atraso no Quadro de Referência de Estratégia Nacional (QREN) está a ameaçar a actividade de associações de formação profissional e quer saber que verbas sobraram do III Quadro Comunitário de Apoio.

Os sociais-democratas fizeram uma audição no Parlamento com associações patronais, e no final, Almeida Henriques disse que vai entregar um requerimento para que o Governo “assuma um calendário sobre o QREN”.

“Já dissemos que o atraso do QREN tem efeitos negativos na economia. E hoje ouvimos associações dizer que, por causa deste atraso, há empresas e associações que podem entrar em colapso”, disse Almeida Henriques.

Durante a audição, um representante da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) alertou que há escolas tecnológicas que podem fechar em Setembro se não se resolver o problema das verbas.

O deputado social-democrata lembrou, como já haviam feito os representantes das associações, que há verbas que “sobraram” do III Quadro Comunitário de Apoio e quer que o executivo diga qual o montante em excesso.

PSD renova “repto” ao Governo para aceitar proposta redução IVA e IRC

O PSD renovou o “repto” ao Governo para que aceite a proposta de redução gradual do IVA e do IRC, considerando que o caminho até agora seguido para diminuir o défice está “profundamente errado”.

“Os resultados agora conhecidos provam, inequivocamente, a preguiça e o relaxamento que o Governo tem tido na redução estrutural da despesa de funcionamento do aparelho do Estado”, afirmou o vice-presidente da bancada do PSD, Miguel Frasquilho, numa reacção aos dados divulgados quarta-feira pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Segundo os dados divulgados pelo INE, a despesa corrente sem juros das administrações públicas aumentou em 2006 mais do que o previsto no orçamento.

De acordo com o INE, de 2005 para 2006 a despesa corrente primária, aquela que efectivamente é preciso controlar para que haja uma efectiva consolidação orçamental, aumentou 2,4 por cento, superando o orçamentado no OE 2006 em 3,0 por cento.

Os números divulgados quarta-feira pelo INE mostram ainda que foi a receita que contribuiu para a redução do défice em 2,8 mil milhões de euros em 2006, já que as despesas subiram em cerca de mil milhões de euros e as receitas cresceram 3,85 mil milhões de euros.

Na semana passada o INE tinha anunciado que o défice público de 2006 ficou nos 3,9 por cento do PIB, abaixo dos 4,6 por cento previstos pelo Governo.

Em conferência de imprensa no Parlamento, Miguel Frasquilho reprovou o caminho “profundamente errado” que o Governo está a seguir para reduzir o défice público, assente no “aumento de impostos” e no “corte do investimento público”.

“Foi isto que dissemos. E é isso que o INE agora confirma. Os dados do INE mostram, de resto, que a situação é pior do que então pensávamos”, salientou, destacando a redução de 15 por cento verificada no investimento público, o aumento da receita em quase “dois mil milhões de euros do orçamentado” e o



“descontrole” da despesa pública total, que ficou “cerca de mil milhões de euros acima do que tinha sido orçamentado”.

“Assim se confirma que o caminho para diminuir o défice é errado.

Profundamente errado (...). Por isso, se dúvidas houvesse, a crueza destes números vem reforçar o acerto e a acuidade da proposta do PSD de redução gradual do IVA e o IRC”, acrescentou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD.

Esta proposta, sublinhou, é necessária para reanimar a economia, aumentar a competitividade do IRC face aos países do Leste da Europa e para atenuar o efeito adverso do IVA nas regiões fronteiriças.

“Além disso, é uma proposta possível financeiramente, dada a folga orçamental existente, e que não coloca minimamente em causa o cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, mesmo com a revisão feita pelo Governo na semana passada”, adiantou.

PSD desafia Governo para fazer a efectiva reforma da Lei de Bases da Educação e a ministra mostra-se disponível para debate

O PSD desafiou o Governo para fazer a reforma efectiva da Lei de Bases do Sistema Educativo, em vigor desde 1986, e a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, mostrou-se disponível para debater o assunto.

Durante a discussão do relatório do Conselho Nacional da Educação sobre o Debate Nacional de Educação no plenário da Assembleia da República, a ministra da Educação salientou que já em 2005 “foram feitas alterações urgentes e necessárias”.

“Continuamos disponíveis para proceder às alterações necessárias e para participar num debate”, afirmou Maria de Lurdes Rodrigues, depois do desafio lançado pelo deputado do PSD Pedro Duarte.

Na resposta, o parlamentar social-democrata afirmou que a Lei de Bases “não pode ser adoptada consoante é necessário”, defendendo uma reforma do diploma, que afirma estar desactualizado e desajustado.

Anteriormente, o deputado do PSD Emídio Guerreiro, durante a sua intervenção, já tinha advertido para a necessidade de uma nova Lei de Bases, afirmando que o partido está “motivado e empenhado” num “novo modelo adaptado aos tempos de hoje e sobretudo os de amanhã”, já que o anterior “esgotou-se”.

“Até agora apenas encontramos rejeições sucessivas por parte do PS e do Governo. A partir de agora não há mais desculpas. O relatório aí está e, como era crível, aponta no sentido das propostas que oportunamente fomos apresentando”, afirmou Emídio Guerreiro.

O relatório que analisou o sistema



educativo português defende a necessidade de melhorar “drasticamente” a qualidade do ensino secundário, através da revisão dos programas das disciplinas e de mais exames nacionais e considera “ineficaz e ineficiente” o Ministério da Educação e o sistema de administração educativa.

O documento critica ainda a aplicação do Processo de Bolonha em Portugal, “de modo apressado e superficial”, com riscos muito elevados para a qualidade do ensino superior.

“A condenação da publicação tardia da legislação, a censura nas indefinições governamentais sobre financiamento que atrasou o trabalho sereno de transição. Bolonha, oportunidade perdida. Não é a oposição que o diz. É o relatório”

“O que não está no relatório é que, sobre as instituições, pendia a ameaça: ou se faziam as adaptações para os três anos ou o financiamento estava em risco. Bolonha em Portugal está sem rei nem roque”.

PSD propõe punição com pena prisão até 5 anos para o crime de enriquecimento ilícito

O PSD entregou quinta-feira, na Assembleia da República um projecto de lei que prevê a criação do crime de enriquecimento ilícito de titulares de cargos políticos, punível com pena de prisão até 5 anos.

A proposta de criação deste tipo de crime já tinha sido anunciada há cerca de um mês pelo líder social-democrata, Marques Mendes, que defendeu a necessidade de penalizar “quem enriquece de forma ilegítima”.

“A censura não pode apenas ser social. Tem de ser também uma censura legal e criminal”, disse na altura Marques Mendes, considerando a criminalização do enriquecimento ilícito como “uma questão essencial” no âmbito do

combate à corrupção.

Na altura, os sociais-democratas salientaram ainda ser possível a criação do crime de enriquecimento ilícito sem a inversão do ónus da prova, ou seja, sem que tenha de ser o arguido a fazer prova da sua inocência.

Tese recuperada agora no diploma, pois, segundo explicou à Lusa o vice-presidente da bancada do PSD, Fernando Negrão, “o enriquecimento súbito de um titular de cargo político sem que tenha rendimentos que o justifique pode enquadrar-se no quadro da perigosidade”.

“É um crime de perigo abstracto”, sublinhou, acrescentando que, desta forma, “não há inversão do ónus da prova”.

“A nossa sociedade sente que existe uma perigosidade associada à disparidade manifesta entre os rendimentos de um funcionário e o seu património ou modo de vida. E quando tal acontece, a generalidade das pessoas formula um juízo de perigosidade”, lê-se na exposição de motivos do diploma.

Por isso, é ainda referido, deve “a lei criminal tutelar esse juízo de perigosidade através de um tipo de perigo abstracto, que não envolve qualquer inversão do ónus da prova”.

Assim, segundo o diploma do PSD, caberá em exclusivo à acusação “a prova dos respectivos elementos do crime, isto é, os rendimentos do investigado, o seu património e modo de vida, a manifesta desproporção entre aqueles e estes e umnexo de contemporaneidade entre o enriquecimento e o exercício das funções públicas”.

Na exposição de motivos do projecto de lei, o PSD recorda também que no artigo 20º da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, já aprovada por Portugal, recomenda-se a cada Estado que considere “a possibilidade de adoptar medidas legislativas e de outra

índole que sejam necessárias para qualificar como delito, quando cometido intencionalmente, o enriquecimento ilícito”.

Desta forma, no diploma, o PSD propõe a alteração do artigo 386º do Código Penal, que passará a designar-se “enriquecimento ilícito”.

De acordo com a proposta do PSD, o número 1 do artigo deverá passar a ter a seguinte redacção: “O funcionário que, durante o período do exercício de funções públicas ou nos três anos seguintes à cessação dessas funções, adquirir um património ou modo de vida que sejam manifestamente desproporcionais ao seu rendimento e que não resultem de outro meio de vida de aquisição lícito, com perigo de aquele património ou modo de vida provir de vantagens obtidas pela prática de crimes cometidos no exercício de funções públicas, é punível com pena de prisão até cinco anos”.

No número 2 do mesmo artigo deverá especificar-se que por património entende-se todo o património imobiliário, de quotas, acções ou partes sociais do capital de sociedades civis ou comerciais, de direitos sobre barcos, aeronaves ou veículos automóveis, carteiras de títulos, contas bancárias a prazo, aplicações financeiras e direitos de crédito.

O número 3 do artigo especifica ainda que por “modo de vida” entende-se “todos os gastos com bens de consumo ou com liberalidades realizadas no país e no estrangeiro”.

Para “proteger as testemunhas destes crimes”, o diploma do PSD propõe ainda o alargamento do regime especial de protecção de testemunhas ao crime de enriquecimento ilícito.

... mas o PS nega viabilizar a lei. Porque será?

O diploma agora entregue pelo PSD não deverá, contudo, chegar a ser aprovado, por não merecer a aprovação dos socialistas, que segunda-feira anunciaram a sua indisponibilidade para criar novos tipos de crime como o enriquecimento ilícito ou enriquecimento injustificado, este último proposto pelo PCP.

“Quero afirmar a nossa indisponibilidade para a criação de novos tipos de crime”, declarou segunda-feira o dirigente parlamentar do PS Ricardo Rodrigues.

Na altura, Ricardo Rodrigues deu ainda a entender que a criação do crime de enriquecimento ilícito, era uma ideia do ex-deputado socialista João Cravinho, já rejeitada pelo PS e recuperada pelo PSD e PCP, e que é proposta “por meras vantagens de circunstâncias conjunturais”. – **Fontes: Gab.Imp. PSD/AR, Lusa, TSF, Público, DN**



Intervenção sobre a Lei da Televisão

Deputado Agostinho Branquinho
Assembleia da República, 30 de Março de 2007
(...)

Estamos hoje a discutir uma iniciativa legislativa do Governo que pretende alterar a Lei da Televisão.

Nesta discussão na generalidade importa, desde já, realçar quatro questões que são centrais na política do audiovisual.

Em primeiro lugar, dizer que esta é a terceira alteração que a Lei da Televisão é alvo nos últimos oito anos. Ora, assumindo esta legislação um carácter enquadrador da política do audiovisual, os sinais que se dão à sociedade e ao mercado são de uma grande ausência de estabilidade, de incerteza, o que torna bem mais difícil o exercício desta actividade, já de si, do ponto de vista económico, muito cíclica. Porém, mais grave, é que, muito brevemente, ter-se-á que voltar a introduzir alterações na Lei da Televisão, uma vez que o actual Governo, no frenesim legislativo que o caracteriza neste sector, não esperou pelas alterações que a nova Directiva Comunitária “Televisão Sem Fronteiras”, em discussão, vai provocar, nem tão pouco teve em linha de conta as mutações tecnológicas em curso que estão a mudar, de forma radical, o paradigma do audiovisual. A WebTV, a MobileTV, a par de novos serviços no audiovisual, em termos de conteúdos, estão a provocar já profundas alterações na actividade empresarial deste sector, o que merecia uma atenção especial do legislador e que, infelizmente, não sucede nesta iniciativa governamental.

Impunha-se que a iniciativa legislativa do Governo tivesse a visão de antecipar ou, no mínimo, acompanhar a evolução tecnológica em curso, o que manifestamente não aconteceu. É uma revisão datada e que quando produzir efeitos já estará obsoleta.

Em segundo lugar, a questão do serviço público. Em 2007, em média, cada família portuguesa vai pagar cerca de 75 euros que vão, exclusivamente, para a RTP, empresa concessionária do serviço público. Estamos a falar em mais de 225 milhões de euros que, só este ano, aquela empresa pública vai receber, através do Orçamento do Estado e da Taxa do Audiovisual, a que há que crescer as verbas destinadas ao aumento do capital social e que se cifram em 59 milhões de euros. Se tivermos em linha de conta todo o período da concessão de serviço



público à RTP, estaremos a falar de um total de subsídios públicos superior ao valor que o actual Governo projecta gastar com a construção do projecto faraónico que é o Aeroporto da OTA.

Assim, a questão central que importa responder é a de saber o que diferencia hoje o canal RTP1 dos canais dos operadores privados e que justifica um apoio tão substancial por parte dos portugueses.

Sabemos bem como, em 2002, o XV Governo Constitucional encontrou a RTP, quer do ponto de vista do caos económico-financeiro, quer do ponto de vista dos conteúdos tendenciosos e de fraca qualidade, quer, ainda, das baixas audiências então existentes. Devido à estratégia seguida e fortemente contestada pelo PS neste Parlamento, foi possível recuperar a empresa e colocá-la numa situação de equilíbrio, nas vertentes antes referidas. Infelizmente, nos últimos tempos, essa situação está já a dar sinais de inversão, nomeadamente com a nítida governamentalização da informação e da programação da RTP e com o aumento, em 2006, dos custos operacionais e dos custos com pessoal daquela empresa pública.

Aliás, ainda bem recentemente, o Senhor Presidente da República, no dia do 50º aniversário da RTP, alertou que esta empresa deve ter “especiais

exigências de rigor e de imparcialidade e de qualidade da programação”. Porém, os dados que se vão conhecendo, como é o caso de um estudo recente da empresa de estudos de mercado que audita as audiências dos canais televisivos, demonstram, de forma bem evidente, aquilo que tem sido a crítica do PSD à governamentalização da RTP – só nos noticiários, ou seja, sem contar com o que se passa escandalosamente nos espaços da Direcção de Programas da RTP, o Governo socialista teve 7.529 notícias, um peso manifestamente excessivo, sobretudo quando comparado com o tratamento que aos mesmos factos é dado pelos operadores privados.

O Governo, nos noticiários da RTP, tem um número de notícias que é quase igual ao somatório das que são veiculadas pela SIC e pela TVI. Se isto não é governamentalização da informação o que é que será?

De acordo com a nossa visão estratégica para o audiovisual, deverá abrir-se agora um debate sobre qual o âmbito do serviço público, a par da resposta à questão de se saber quem pode e quem deve prestar esse mesmo serviço.

Após se ter feito a recuperação da credibilidade da concessionária do serviço público e de se ter estancado o desequilíbrio económico-financeiro da empresa é preciso mudar de

paradigma, quanto ao futuro da RTP. Para o PS, o caminho é de sempre: governamentalizar, instrumentalizar, mais despesa e menos sociedade. Para o PSD o novo modelo passará, necessariamente, por mais exigência, mais pluralismo, menos Estado e mais sociedade.

Uma coisa, aliás, temos por certa. Serviço público não pode ser sinónimo de serviço governamentalizado, como tem sido prática e entendimento do actual Governo.

O PSD tem uma larga tradição de abertura e de liberdade nas matérias da comunicação social. Foi pela acção de Governos liderados pelo PSD que o Estado deixou de ter jornais, que existem centenas de rádios locais devidamente legalizadas e que se quebrou o monopólio público televisivo e foi aberta a actividade televisiva à iniciativa privada. Sempre, e há que recordá-lo, em iniciativas que contaram com a feroz oposição do PS.

Por isso mesmo, temos um património de que nos orgulhamos e que queremos respeitar, continuando a ser inovadores na reflexão e nas propostas. Nesse sentido, assumimos hoje o compromisso de promover esta reflexão prospectiva sobre qual o âmbito do serviço público no sector do audiovisual e sobre como deve ser assegurado o seu exercício, tendo em vista a apresentação, em momento oportuno, de uma iniciativa legislativa sobre esta matéria, necessariamente em clara ruptura com o modelo actual, ultrapassado e que custa uma fortuna aos portugueses.

Repito, em nome da liberdade de expressão, do respeito pela pluralidade de opiniões, da economia de mercado, da concorrência e do respeito pelos cidadãos.

Em terceiro lugar, o aumento dos poderes e das atribuições da ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, sobretudo no que diz respeito à avaliação qualitativa e sistemática da actividade desenvolvida pelos operadores televisivos. Apesar de o Governo ter recuado – e bem, ainda que de forma envergonhada – em relação ao anteprojecto que apresentou para discussão pública, quanto à atribuição de poderes à ERC, em matérias manifestamente do âmbito da auto-regulação (que o Governo nesta



iniciativa legislativa não estimula, bem pelo contrário), como é o caso, por exemplo, dos “códigos de conduta” ou do Estatuto Editorial dos órgãos de comunicação social, não deixa de nos causar apreensão o facto de haver uma tendência para se ir, paulatinamente, aumentando os poderes da ERC levando-a a intervir em áreas que podem beliscar a liberdade de informação. Aliás, essa situação de exagerado aumento de poderes da ERC é bem mais gravosa e preocupante numa outra iniciativa legislativa governamental, em discussão pública, relativa à concentração de meios de comunicação social.

Uma última questão também de enorme relevo. Na presente proposta de Lei o Governo estabelece um conjunto alargado de exigências aos operadores privados de televisão. Paradoxalmente, ao operador público essas exigências são bem mais ténues e pouco explicitadas.

Aliás, há uma pergunta pertinente a fazer: por que é o Governo não apresentou o novo contrato de concessão da operadora de serviço público, no decurso da discussão pública desta iniciativa legislativa? Não era um sinal de transparência ficarmos todos a conhecer quais são as obrigações da concessionária do serviço público, para os próximos anos?

Com este tipo de sinais errados, o que se está a dizer ao mercado é que a concessionária do serviço público poderá alargar, quase sem limites, a sua oferta de conteúdos. Ou seja, há o perigo óbvio de haver concorrência desleal, tendo em atenção que a RTP recebe fortes apoios do Orçamento do Estado e das taxas pagas pelos cidadãos. Ora isto não sucede, obviamente, com os operadores privados, sejam os que actuam já neste mercado, sejam os que venham a surgir, em virtude do alargamento, do ponto de vista técnico, da possibilidade de oferta de novos

conteúdos, em canais nacionais, regionais ou locais ou em outras plataformas tecnológicas.

A proposta de Lei que o Governo agora apresenta não responde, de forma alguma, às questões centrais da política do audiovisual. Por outro lado, o tempo escolhido para este debate e para estas curtas alterações é o errado.

Em síntese, no final o que fica é a tentativa apressada e pouco séria de se retocar uma lei no preciso momento em que o paradigma do sector exigia mais ambição, mais visão, menos Estado, menos “controleirismo”.

Uma vez mais, o Governo socialista, em questões de Comunicação Social e da política do audiovisual, está atrasado em relação

aquilo que é já hoje o “estado da arte” do sector. As suas preocupações não vão para além do controlo da informação e da programação do serviço público de televisão.

Não é esse o nosso caminho. Não são essas as respostas que o sector reclama.

Por tudo isto, não será com o nosso voto que esta iniciativa legislativa será aprovada.



Intervenção sobre a aprovação de um regime especial de constituição imediata de associações

Deputado António Preto
Assembleia da República, 29 de Março de 2007

(...)

A presente iniciativa legislativa da responsabilidade do Governo visa descomplexar e simplificar o processo de constituição das associações.

Para o efeito propõe a par do regime geral de constituição previsto no Código Civil que mantém e actualiza, um regime especial de constituição imediata de associações.

De fora do regime especial de constituição imediata das associações ficam os partidos políticos, as pessoas colectivas religiosas, as associações sócio profissionais de militares e de agentes das forças de segurança, as associações empregadoras, as associações sindicais, as comissões de trabalhadores e as associações humanitárias de bombeiros.

Todas as demais podem constituir-se ao abrigo do regime especial que agora se institui.

No essencial o novo regime especial permite a constituição de associações mediante atendimento único nas Conservatórias, ou noutros serviços que venham a ser previstos em portaria do Ministério da Justiça. Deixa de ser necessária a escritura pública, suprimem-se diversas publicações do acto de constituição e dos estatutos da associação, afasta-se a intervenção do Ministério Público.



A par da instituição do regime especial de constituição imediata das associações, a presente iniciativa procura também simplificar o regime geral de constituição das associações previsto no Código Civil de 1966.

Relativamente às associações do regime geral mantém-se a obrigatoriedade de escritura pública, mas suprime-se a obrigatoriedade de comunicação ao Governo Civil e ao Ministério Público e a necessidade de publicação.

No essencial esta iniciativa legislativa ajuda ao cumprimento do objectivo pretendido pelo Governo de tornar mais célere o processo de constituição das pessoas colectivas em geral.

Mas a verdade é que se se ganha em celeridade, perde-se em segurança

jurídica. E Nessa medida pode aumentar a crispação e até potenciar a litigância.

A propósito disso **três notas**.

A primeira para alertar para a possibilidade do conflito de denominação. É que tendo a obtenção do certificado de admissibilidade carácter facultativo, pode acontecer que a denominação de uma nova associação a constituir conflite com a denominação de uma associação pré-existente, ou até que a denominação escolhida seja legalmente inadmissível.

A segunda para dar nota dos possíveis inconvenientes da exclusão da intervenção do Ministério Público enquanto síndico da legalidade dos estatutos das associações. Daí pode resultar a proliferação de cláusulas estatutárias nulas e com elas de deliberações nulas.

A terceira nota para revelar algumas reservas quanto à supressão da obrigatoriedade de publicação dos estatutos. A publicação evita a opacidade de alguns desígnios e comportamentos associativos. Sendo a vida associativa em Portugal tão subsidiado dependente as alterações deviam ser no sentido de salvaguardar a transparência.

Apesar das reservas a presente iniciativa legislativa no geral vai no bom sentido. Daí que o PSD a vote favoravelmente.



Intervenção sobre o Debate Nacional de Educação

Deputado Emídio Guerreiro
Assembleia da República, 29 de Março de 2007
(...)

Ao longo dos últimos 20 anos o sistema educativo evoluiu e transformou-se. As mudanças foram muitas e significativas.

Estamos hoje claramente melhor que há 20, 30 anos atrás.

Mas não estamos bem. A realidade mostra-nos que muito há a fazer. Temos dos piores desempenhos europeus e no que refere aos principais indicadores do sistema educativo, quer seja nos números relativos ao abandono escolar, quer no que respeita ao sucesso escolar, ou ao nível das qualificações e, infelizmente em tantos outros, estamos na cauda da Europa.

Mas pior que isto é o facto de estarmos a perder todos os dias para os países emergentes quer no Leste da Europa quer no resto do mundo.

Se o retrato é este, bem expresso em múltiplos relatórios nacionais e internacionais, urge intervir.

Por ocasião da passagem dos 20 anos da lei de bases entendeu a Assembleia da República e o Governo proceder a um balanço solicitando ao Conselho Nacional de Educação que assegurasse esse trabalho.

Ao longo de meses o CNE correu o país, lançando um amplo debate que em múltiplas sessões envolveu um número muito expressivo de cidadãos. Um trabalho meritório que merece neste momento ser destacado e enaltecido.

A grande virtude deste trabalho é que não se trata de mais um diagnóstico pois avança com muitas pistas para o futuro do sistema educativo.

E é para o desafio do futuro que temos de provar que estamos à altura das nossas responsabilidades.

(...)

O problema da educação em Portugal não é um problema de dinheiro, a percentagem do PIB que afectamos ao sector da educação assim o demonstra. O problema é de organização do sistema. E para o resolver de uma vez por todas é fundamental que percebamos que se deve propor um novo paradigma na educação.

Tal como decorre do relatório, também o PSD subscreve a necessidade de alterar profundamente o regime das escolas



quer a do ensino básico e secundários quer as instituições do ensino superior. O reforço da autonomia e a necessidade absoluta de se promover uma rigorosa avaliação independente das escolas e das instituições.

Os modelos actuais são obsoletos. O mundo mudou muito desde 1986. Tem novos e mais exigentes desafios que não se compadecem com modelos de organização e gestão rígidos e estáticos e com pseudo-autonomias onde até o momento e a forma como se podam as arvores e os arbustos são determinados pelas estruturas centrais do ministério!

(...)

O PSD está motivado e empenhado na criação de um novo paradigma da educação portuguesa. Nos últimos dois anos propusemos uma nova lei de bases bem como propostas concretas e inovadoras para os modelos de gestão e organização do ensino básico e secundário, para uma nova autonomia das instituições do

ensino superior e para a avaliação independente das escolas e instituições.

Até agora apenas encontramos rejeições sucessivas por parte do PS e do Governo. A partir de agora não há mais desculpas. O relatório aí está e, como era crível, aponta no sentido das propostas que oportunamente fomos apresentando.

(...)

Perdemos dois anos. Mais, os sinais que o governo foi dando neste período são preocupantes. Desde logo pela sistemática recusa em lançar uma nova lei de bases, mantendo as mesmas premissas de 1986!!!

Mas também por algumas iniciativas que foi tendo neste período. O incremento do centralismo no lugar da autonomia, Os modelos pouco claros e transparente para a avaliação das escolas e das instituições do ensino superior, onde em vez de se privilegiar a avaliação independente se propõem modelos centralizados nos respectivos ministérios, sem garantir a distância que se impõe

para uma verdadeira avaliação independente e externa, à semelhança do que se faz nos outros países.

E que dizer do crescente facilitismo na avaliação do ensino básico e secundário? Ele é o reduzir do número dos exames e o fim da obrigatoriedade das provas globais, ou seja, tudo a indicar que a opção é o de intervir estatisticamente nos resultados e não nas causas do insucesso e do abandono escolar!

A criação de uma empresa pública para gerir o parque escolar de todo o país a partir de Lisboa! Empresa essa que não estando prevista no famigerado PRACE foi criada pouco tempo depois!

E se a estes exemplos contrários ao que se impõe para o futuro se juntar o verdadeiro clima de guerra que se instalou nas escolas portuguesas, pela inabilidade e incapacidade de fomentar a mudança no sistema por parte da senhora Ministra da Educação, compreenderemos todos a nossa preocupação no que se refere ao futuro.

(...)

Países como a Áustria, a Alemanha, a Estónia, a Grécia, a Hungria, a Noruega e a Espanha entre tantos outros países, após debates internos, mudaram ou estão a mudar as respectivas leis de bases da educação.

Porque razão em Portugal se rejeita a necessidade de uma nova legislação? Porquê continuarmos amarrados a premissas que datam de 1986?

Saibamos estar à altura das nossas responsabilidades e compreender os sinais do tempo e ser capazes de entender que a actual lei tendo sido importante, esgotou-se, e que é necessário um novo modelo de intervenção adaptado aos tempos de hoje e sobretudo os de amanhã.

O PSD está preparado para este debate. Temos propostas em cima da mesa, que afirmam as nossas ideias para a mudança de paradigma do nosso ensino.

O nosso ensino precisa desta mudança. O Futuro do País exige esta mudança.

(...)



Intervenção sobre a Reforma da Tributação Automóvel, criando o Imposto sobre Veículos e o Imposto único sobre Circulação

Deputado Hugo Velosa
Assembleia da República, 28 de Março de 2007

(...)

Trata-se de uma reforma que, do ponto de vista formal, vai no caminho certo, simplificando o funcionamento do sistema tributário automóvel, com a abolição dos 4 impostos actualmente existentes e a sua redução a somente 2.

Sem dúvida que a reforma era necessária.

Mas já iremos ao conteúdo da Proposta, não sem que antes se lamente que esta discussão tenha lugar sem conhecimento do teor dos pareceres solicitados, principalmente os pareceres da ANMP e da CNPD, este, fundamental em matéria de cruzamento de dados, prevista na Proposta de Lei.

Diz o Governo que esta reforma “vai alterar a filosofia e os princípios subjacentes ao quadro vigente, incentivando a utilização de energias renováveis e a opção para veículos e tecnologias menos poluentes”.

Isto não é totalmente verdade.

Com as alterações na composição do Imposto Automóvel nos Orçamentos de 2006 e 2007, a componente ambiental já estava prevista.

Por outro lado, o Governo opta por manter a componente cilindrada, como fundamento da tributação, o que aliás, acontece há muitos anos em Portugal.

É bom que nos lembremos que noutros Estados europeus se tem optado, ora pela potência dos veículos, ora pelo seu valor de mercado, ou seja, o valor do automóvel. É o caso da Espanha onde se pratica uma taxa única sobre o valor do veículo, podendo ter-se naturalmente também em atenção os factores ambientais.

Nesta parte a solução adoptada não é a melhor, provocando a solução espanhola muito menos distorções e injustiças para os contribuintes.

Na verdade, a solução apresentada pelo Governo e a aplicação das tabelas anexas aos 2 impostos, cria inúmeras situações de injustiça fiscal: No ISV, automóveis de maior cilindrada, mais poluentes, de preço manifestamente superior pagam menos imposto que outros de menos cilindrada, menos poluentes e de preço manifestamente inferior.

Para que isto não sucedesse uma



das soluções seria a substituição do critério cilindrada, pelo valor do veículo, o que é mais justo e tem a ver com a base da incidência de qualquer imposto. O valor do bem é que deve determinar a incidência.

O Governo não apresentou à Assembleia da República, juntamente com a Proposta de Lei, os impactos financeiros e da receita fiscal resultantes da sua aplicação. É pena. Assim ficamos com muitas dúvidas sobre a justiça fiscal de algumas das opções constantes das tabelas anexas aos dois impostos.

Muitas dúvidas surgem também com a aplicação do novo IUC (Imposto Único sobre Circulação): em muitos casos só por causa da diferença de 1g/Km de emissões de CO₂, automóveis de muito menor cilindrada pagam mais de imposto anual de circulação do que outros de muito maior cilindrada e de valor manifestamente superior.

Já que o Governo optou pela solução cilindrada/componente ambiental (esta naturalmente bem vinda) deverá preocupar-se enquanto é tempo, em explicar e alterar as tabelas para evitar situações de manifesta injustiça e contribuir ainda mais para os problemas do sector automóvel em Portugal.

O PSD está de acordo com esta reforma quanto à alteração da base tributável no sentido de a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera passar a ser um critério fundamental para efeitos de tributação de veículos.

Com esta Proposta de Lei pretende o Governo que o peso das emissões de dióxido de carbono na base da tributação passe dos actuais cerca de 10% para 30% no 1º ano de vigência da nova tributação e para

60% no 2º ano.

Temos, no entanto, muitas dúvidas que o Governo consiga deslocar de forma significativa parte da carga fiscal do momento da aquisição para a fase da circulação e que, por outro lado, permita uma redução gradual dos preços de venda ao público e a inerente renovação do parque automóvel nacional.

O objectivo é correcto. Mas vai ser atingido com os critérios fiscais desta Proposta de Lei? Pensamos claramente que não!

Desde logo o problema da redução da carga fiscal no momento da aquisição e sua deslocação para a fase da circulação.

Perante este anúncio do Governo uma associação do sector veio logo sugerir publicamente que os consumidores adquirissem automóveis antes de 1 de Julho de 2007, ou seja, na vigência da lei actual.

Isto porque é posta em dúvida a ideia de que a redução do imposto seja de 10% no momento da aquisição (falam em 7,68%) sendo, por outro lado, maior o aumento na fase da circulação.

Daí que na realidade, pareça mais favorável para o contribuinte a opção de aquisição, antes da entrada em vigor desta lei, sendo generalizados os aumentos da carga fiscal ao longo dos anos. Em 10 anos os aumentos podem chegar a 8.000 euros em certos automóveis.

Na prática o Governo faz o que sempre tem feito: por via da reforma da tributação automóvel provoca um aumento da carga fiscal, não no momento da aquisição, mas sim nos anos seguintes da vida dos veículos.

Por isso dizemos: o factor ambiental na formação da base tributável, é uma opção correcta; se o Governo deixar como está, na Proposta de Lei, o factor cilindrada com a manutenção das tabelas em ISV e IUC (Imposto Único sobre circulação), nos próximos anos, não haverá redução da carga fiscal. Pelo contrário, se o ISV não for reduzido nos próximos anos (a começar em 2008) o aumento da receita de IUC conduz a que ao fim de 5 anos a receita global do Estado em ISV e IUC sejam superiores à receita actual dos impostos extintos.

Isto contraria o que diz o próprio Governo na exposição de motivos, ou seja, de que esta reforma obedece a um princípio de neutralidade orçamental

a médio/longo prazo, não prevendo o Governo gerar um encaixe tributário superior aos impostos actuais.

O Governo tem que explicar a esta Assembleia porque afirma isto e, na prática, quando fazemos contas tal não se confirma.

(...)

A Proposta de Lei também contém algumas injustiças em certos tipos de automóveis (os chamados furgões de passageiros, os anteriormente designados como “derivados”) e não penaliza devidamente os veículos usados importados.

Por isso, o Grupo parlamentar do PSD não aceita a totalidade das soluções apresentadas pelo Governo nesta matéria:

1º É difícil, senão impossível, discutir, com absoluta segurança, um diploma destes, sem que o Governo fundamente financeiramente as suas Propostas e apresente os seus impactos na receita fiscal; Isto é inaceitável em Propostas de Lei deste tipo!

2º O sector automóvel, temos de concordar, tem sido penalizado em Portugal onde, por opção deste Governo, o I.A. tem a sobrecarga do IVA a 21%. E tal sobrecarga vai continuar a 21%, pois o aumento da taxa do IVA ocorreu há quase dois anos, e era uma medida transitória;

3º A solução proposta baseada essencialmente na relação cilindrada/ambiente, não descomprime a carga fiscal que tem incidido sobre o sector automóvel em Portugal: a carga fiscal piora para os contribuintes, descendo pouco na aquisição e subindo mais na circulação;

4º A manutenção do critério cilindrada para os dois impostos revela falta de coragem do Governo nesta reforma.

O Governo podia ter feito outras opções fiscais num sector fundamental para os Portugueses e, sobretudo, tinha a obrigação de explicar melhor as suas opções e os impactos financeiros e de receita fiscal, o que não fez.

A Assembleia da República, os cidadãos e o sector automóvel mereciam mais e melhor.



Intervenção sobre a reforma da rede consular

Deputado José Cesário

Assembleia da República, 29 de Março de 2006

(...)

2500 Milhões de Euros!

É quanto os portugueses residentes fora de Portugal enviam hoje, por ano, para o nosso País... Só ligeiramente menos do que os fundos provenientes da União Europeia ou, se quisermos, da totalidade dos lucros da banca portuguesa.

São cerca de 6,7 milhões por dia! Ou seja, sensivelmente o dobro do que o Governo assume que vai poupar com o encerramento de 25 postos consulares no estrangeiro!

É revoltante, Senhoras e Senhores Deputados, a frieza de um Governo que é incapaz de perceber o que significa este enorme potencial que representa a nossa Diáspora! A frieza de um Governo que toma todas estas decisões sem se dignar falar com cada comunidade atingida, tentando perceber cada realidade e as suas especificidades.

É triste que, para poupar uns míseros punhados de euros, este Governo trate quase 5 milhões de Portugueses desta forma inaceitável.

(...)

Repetimos hoje o que sempre dissemos: Nós não somos nem nunca fomos contra a racionalização da nossa rede consular. Sempre defendemos que o rigor tem de estar permanentemente presente na governação da coisa pública. Sabemos bem que foi, é e será sempre necessário abrir e encerrar postos consulares, de acordo com a evolução das prioridades da nossa política externa e dos nossos fluxos migratórios.

Mas, não podemos aceitar a metodologia e os resultados desta anunciada reforma consular!

Não aceitamos, em primeiro lugar, o método.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros fez saber, nesta Assembleia, que só seriam tomadas decisões finais depois de se reavaliar a missão da rede consular. E o que constatamos é que tal foi totalmente esquecido, ignorando-se cada comunidade atingida e os objectivos concretos de cada posto. Vingou uma vez mais o "quero, posso e mando", de um governo para quem as pessoas são meros e insignificantes números.

Não aceitamos, em segundo lugar, as decisões anunciadas!

Trata-se de um golpe decisivo na nossa rede externa, implicando, repito, o encerramento de 25 postos consulares de diversas tipologias, ou seja, quase metade da rede de consulados de carreira.

Não aceitamos igualmente as contradições que este processo encerra! Senão, vejamos:

1. O encerramento do Consulado de Bilbao é anunciado exactamente no mesmo dia em que é descoberta, em Navarra, mais uma rede de exploração de trabalhadores portugueses, os quais eram escravizados de forma ignóbil. Em resposta a este crescente fenómeno de impressionante aumento da nossa emigração para o norte de Espanha, Portugal fecha o único consulado que neste País possui um técnico de serviço social e teima em ignorar os dramas de quase 150 mil portugueses que emigram hoje anualmente.

2. A área de Paris, onde vive mais de meio milhão de portugueses ficará servida apenas pelo Consulado Geral de Paris, na sequência do encerramento dos postos de Nogent, Versailles, Tours e Orleans. É a mesma coisa que as cidades do Lisboa ou do Porto passarem a ter apenas um cartório notarial e uma conservatória do registo civil. É o regresso ao 24 de Abril!

3. Santos, que possui a terceira maior comunidade portuguesa no Brasil, a mais antiga e igualmente das mais bem organizadas e ligadas a Portugal, vê o seu consulado ser encerrado, sem que o mesmo seja substituído por um simples escritório consular. É chocante e injusto para com quem tanto ama e tanto tem feito pelo seu País!

4. O Senhor Primeiro-ministro tem afirmado repetidamente que Espanha é a primeiríssima prioridade da nossa política externa. Como é que tal afirmação é compaginável com o encerramento de exactamente 3 consulados neste País, hoje igualmente um dos principais destinos dos nossos novos emigrantes em busca de um futuro que infelizmente Portugal não lhes pode dar?

5. E que dizer do Brasil, igualmente vital para os nossos interesses no Mundo, País marcante no contexto da lusofonia, com uma

realidade política muito específica, marcada pela existência de governos estaduais poderosos com os quais Portugal deve desenvolver relações bem próximas? Também aqui, contraditoriamente, o nosso Governo não hesita em encerrar 5 consulados!

6. Como vai este Governo apoiar a nossa comunidade na longínqua Namíbia, a qual era até aqui servida



por um simples escritório consular, com custos ínfimos para o Estado, evitando o contacto com esta boa gente que a única coisa que pretende é permanecer ligada a Portugal?

7. E que dizer da decisão de encerrar Nova Iorque? É ou não indiscutível que se trata de uma das cidades mais influentes do Mundo, onde quase tudo se decide e por onde passam com frequência milhares de portugueses decisivos para a nossa afirmação externa? É no mínimo caricato que Portugal ignore que o seu prestígio obriga a ter uma representação diplomática ao mais alto nível numa cidade com estas características.

8. Espero que o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros esteja bem atento à informação que o Governo já possui de que a Câmara Municipal de Sevilha está na disposição de exigir a devolução do notável edifício onde funciona o nosso Consulado, depois de tomar conhecimento do seu encerramento. É que trata-se, nada mais, nada menos, do que o antigo Pavilhão de Portugal da Exposição Universal de 1929, cedido ao nosso

País, a nosso pedido, exclusivamente com a condição de ali ser garantido o funcionamento de um consulado. Se tal acontecer, tratar-se-á de uma machadada absolutamente irreparável no nosso prestígio externo numa região vital para o nosso desenvolvimento turístico.

9. Finalmente, o que dizer do facto de só no passado dia 20 de Março o Governo ter contactado os postos da nossa rede consular no sentido de os inquirir acerca dos actos mercedores de tratamento e de inclusão no chamado consulado virtual, que tem sido vendido como a solução para todos os problemas resultantes desta reestruturação. Não nos esqueçamos que estas medidas foram anunciadas em Dezembro e que o Governo já está em funções há 2 anos. Como é que se pode aceitar que só agora tal contacto seja feito, tendo em conta o desejado (para o Governo) alcance desta medida? No mínimo trata-se de incúria, mas, sinceramente, temo que seja bem mais do que isso!

(...)

Perante este estado de coisas o PSD não pode deixar de continuar a lutar pela alteração destas medidas.

Entendemos que ficaria bem ao Governo repensá-las!

Em nome dos superiores interesses nacionais e dos portugueses em geral o Governo poderia e deveria fazer um acto de contrição e corrigir várias das decisões anunciadas.

Ainda vamos ficar à espera de que tal se venha a verificar.

Nós próprios, no passado, corrigimos decisões já pensadas, em nome do interesse público.

A humildade fica bem a todos! A arrogância fica muito mal a quem está na vida pública e é com arrogância que este Governo lamentavelmente se tem afirmado.

Para nós, governar com rigor e determinação não é nada disto e por isso cá estamos para continuar a dizer aos Portugueses que este não é o caminho que devemos trilhar.

Em nome da esperança de termos um Portugal melhor, há uma alternativa e nós vamos continuar a bater-nos por ela!

Intervenção no debate consagrado à celebração dos 50 Anos de Assinatura do Tratado de Roma

Deputado Mário David
Assembleia da República, 28 de Março de 2007

(...)

Feliz coincidência celebrarmos meio século da assinatura do Tratado de Roma no mesmo dia em que, há 30 anos, foi entregue em Bruxelas o pedido de Adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia.

Excelente oportunidade para um breve balanço do que foram estes 50 anos em que um grupo cada vez maior de Estados decidiram livremente partilhar a sua soberania sobre um número cada vez crescente de sectores. E esse balanço pode-se sintetizar numa só palavra: sucesso! Por ter garantido o mais longo período de paz e prosperidade no seu espaço, por ter colocado a dignidade e a liberdade de cada cidadão no centro de toda a sua actuação, por ser uma União de valores inspirados nas nossas raízes judaico-cristãs, por ter implementado um modelo social a que todos os outros continentes aspiram. Daí ser fácil perceber a razão porque a União Europeia continua a exercer um tão grande fascínio sobre os nossos vizinhos, que anseiam a sua futura adesão.

Orgulhamo-nos dos avanços na integração, da consagração de um espaço sem fronteiras, da moeda comum já utilizada por 13 países, da solidariedade para com os povos e regiões menos desenvolvidos, do respeito pela língua e pela diversidade da identidade cultural de cada Estado, e de contribuirmos com 70% das verbas dispendidas em ajuda humanitária em todo o mundo.

Quanto a Portugal, três pontos apenas bastariam para qualificar a nossa participação: a contribuição para a consolidação da democracia; o desenvolvimento sócio-económico (de que já fomos um exemplo para toda a Europa e de que infelizmente temos vindo agora a divergir); e a projecção externa do papel de Portugal no mundo.

Exemplos muito breves, já que a melhor forma de homenagearmos o passado é reflectindo sobre o que podemos melhorar no futuro. Um futuro em que queremos que renasça a ambição e a coragem que estiveram na base dos extraordinários avanços concretizados nestes 50 anos!

Em que, por exemplo, a Estratégia de Lisboa, visando transformar a Europa na economia mais competitiva do planeta, seja um instrumento comunitarizado, menos

intergovernamental, em que a Comissão Europeia tenha um papel primordial. Só assim, e completando simultaneamente o mercado único, venceremos os desafios da globalização.

Uma Comissão Europeia que temos o privilégio de ver presidida por um compatriota nosso, o Dr. Durão Barroso, que saudamos pela nova dinâmica e credibilidade que está a conferir à União, bem patente nos dois novos domínios fundamentais para o nosso futuro colectivo à escala global: a preservação do ambiente e a energia, com um recurso crescente e calendarizado a energias renováveis.

Os novos desafios implicam também que a União Europeia se dote de uma arquitectura institucional que não seja apenas a adaptação sucessiva que se fez até ao Tratado de Nice. Não nos podemos satisfazer com o facto da Declaração de Berlim ser omissa neste ponto, embora saudemos, cautelosamente, a vontade manifestada este fim de semana de haver um novo Tratado da União Europeia ratificado até às próximas eleições de Junho de 2009.

Um Tratado que tenha como base o texto actual proposto, em que queremos ver consagrado o equilíbrio institucional e interinstitucional aí expresso. Em que a Carta dos Direitos Fundamentais passe a ter força jurídica vinculativa. E em que, tal como nas Constituições dos Estados Membros, não figurem de forma exaustiva as várias políticas sectoriais que não têm dignidade constitucional, que defina uma forma muito mais expedita de permitir à União Europeia responder e adaptar-se aos desafios do futuro. Mas em que venham devidamente expressas as competências acrescidas que a União desde já identificou como necessárias à sua afirmação e projecção, como as relativas às políticas externas, de segurança e de defesa comuns.

Um novo Tratado da União Europeia que não pode ser fruto da pressão e do voluntarismo do momento, da necessidade de encerrar um capítulo doloroso, mais pela imagem que transmite que pelo seu impacto real. Que não pode resultar duma simples e apressada Conferência Intergovernamental, já que por uma



questão de transparência e democraticidade queremos que esta seja antecedida de um sério debate com a participação activa dos Parlamentos Nacionais. Só assim estarão criadas as bases sólidas para uma aceitação consciente da opinião pública, necessária às futuras ratificações.

Um Tratado que permita à União estar preparada para acolher futuros parceiros que conosco partilham o mesmo espaço geográfico e os nossos valores culturais e de sociedade, que satisfaçam integralmente os Critérios de Copenhaga, e cujos povos estejam conscientes das regras que nos regem, que são públicas e bem conhecidas. A União Europeia deve exigir que cada potencial candidato sujeito, previamente, o seu pedido de adesão a um referendo interno.

As futuras adesões não podem ser ditadas por questões de geoestratégia, mas a União também não pode obstar a novos alargamentos por questões como a capacidade de integração, já que é disso que se trata e não de capacidade de absorção, nem tão pouco, o que seria escandaloso, por uma questão de geopolítica ou capacidade financeira. Será que estes argumentos seriam aduzidos se houvesse um pedido de adesão da Suíça, da Noruega ou da Islândia? Então temos que usar a mesma coerência e honestidade intelectual para com, por exemplo, os Estados

dos Balcãs ou a Ucrânia. É também uma questão de solidariedade continental, e cada um deveria colocar a si próprio a questão de que resposta gostaria de obter caso fosse Portugal um dos poucos Estados Europeus que, por vicissitudes da História, ainda não tivesse aderido!

Dentro de pouco mais de 3 meses terá início a próxima Presidência Portuguesa. Um dos temas mais importantes que será aberto é o da reforma da estrutura e dimensão do orçamento comunitário e a questão dos recursos próprios. A opinião pública não tem certamente consciência de que o orçamento da União é menos de 1% do PIB comunitário. Comparar o valor acrescentado da aplicação destas verbas com a dos orçamentos nacionais envergonha qualquer Estado! Mas maior vergonha ainda é pensar que metade destas verbas são consagradas à Política Agrícola Comum! Assim haja a coragem de rever estes montantes e a sua afectação de modo a estarmos à altura das ambições e expectativas dos nossos cidadãos, e do papel que queremos desempenhar no mundo. Ou vamos assistir, no futuro, a uma luta sem quartel entre os Estados mais pobres, arbitrada pelos Estados mais ricos!

Numa União Europeia com 27 ou mais Estados, corremos o sério risco de vir a ter, nos próximos anos, uma Europa a várias velocidades, de cooperações reforçadas, com núcleos duros de geometria variável. Nenhum Estado deverá poder obstaculizar que outros queiram aprofundar a sua cooperação. É fundamental, quando tal vier a acontecer, que Portugal integre desde o início esses núcleos duros, e que aí se possa manter, como o fez com Schengen e o Euro.

Termino, Senhor Presidente e Senhores Deputados, reafirmando a nossa confiança no desígnio colectivo que a União Europeia protagoniza, na certeza de que se soubermos estar atentos aos anseios dos seus 500 milhões de cidadãos e ao papel que nos cabe desempenhar na cena internacional, estes 50 anos lançaram sólidos alicerces para um futuro de paz, liberdade e prosperidade.

(...)



Intervenção sobre a Petição nº151/X/1ª – Não apaguem a memória

Deputada Zita Seabra
Assembleia da República, 30 de Março de 2007

Compete-nos hoje analisar a Petição “*Não Apaguem a Memória*”. Com este título procura um grupo de cidadãos que se dirigiu à Assembleia da República salvar a memória da resistência ao Estado Novo, ao regime de Salazar, com a proposta de diversas iniciativas, que passam por manter vários edifícios no Estado, transformá-los em espaços museológicos, os que pertenceram à Pide-DGS ou ao Tribunal Plenário.

É uma iniciativa meritória e feita certamente com a melhor das intenções: não fazer esquecer aqueles que sofreram com a ditadura, que foram suas vítimas e que merecem objectivamente ser recordados e homenageados.

No entanto, quando se fala de memória não podemos esquecer que memória faz parte da história e a história portuguesa do Século XX, parece que começa e acaba no Estado Novo e que essa história não deve ser feita pelos historiadores, não deve ser objecto prioritário das investigações académicas, mas sim por objecto de decisão política de Ministros da cultura ou de presidentes da Câmara.

Como se o correcto fosse escrever história com decisões políticas avulsas, espalhar iniciativas que nascem mortas, porque nenhuma delas é por si só relevante e meritória de ser olhada ou visitada e acarinhada por todos. Os espólios estão espalhados por múltiplos locais a acrescentar aos já existentes museus da Resistência em Lisboa e do Neo-realismo em Vila Franca de Xira, bem como à Fundação Mário Soares, aqui na Rua de S. Bento.

Parece que os factos, não são factos, mas são argumentos ideológicos para servir interesses políticos actuais. E não existe neste domínio pior do que tentar transformar a história em arma de arremesso político presente. É verdade que não há história neutra. Mas o que se tem feito da história portuguesa do Século XX é transformá-la em arma política da esquerda contra a direita e da direita contra a esquerda.

Como se tivéssemos sempre em Portugal, olhando para a memória, duas historiografias, uma de direita outra de esquerda. Como se a História fosse escrita não por historiadores, mas por movimentos políticos e ideológicos, como se fosse escrita a preto e branco.

Todos os esforços políticos e ideológicos para definir quais são os factos políticos relevantes e o que num sentido ou noutro vale a pena preservar, estão condenados ao fracasso e aos resultados opostos ao pretendido. Em vez de se procurar o consenso do que vale efectivamente a pena preservar – a casa de José



Relvas, aliás doada, ou a fortaleza de Peniche, para dar dois exemplos que certamente ninguém contesta -, procura-se a instrumentalização dos factos históricos, em que deliberadamente se apagam ou iluminam pessoas e acontecimentos, levando a que cidadãos de um ou outro campo político, ideológico, partidário ou religioso, não se revejam na história, e não se consiga nunca obter consensos historiográficos, nos quais todos os portugueses sem excepção se possam rever.

A tentação de pôr Ministros da Cultura, a Assembleia, ou outras entidades políticas, a definir por decreto o que deve ou não integrar a história, ou os edifícios que devem ser preservados, ou museus a ser criados, leva à multiplicação de iniciativas pobres, contestadas e sobretudo polémicas quando não contraproducentes. Leva a que se tente criar uma historiografia oficial, uma memória oficial e politicamente correcta. A História tem que ser escrita por historiadores, tem que ser objecto de investigação e de estudo nas Universidades portuguesas, tem que ser (e desculpem o interesse pessoal) objecto de livros, tem que ser escrita e publicada por universitários, enquanto os políticos têm obrigação de garantir os meios para que efectivamente os investigadores possam fazê-lo.

A história portuguesa do Século XX é rica de factos importantes como a monarquia constitucional, o Estado Novo, o fim do Império, a resistência à ditadura, as guerras coloniais, o 25 de Abril - para citar só alguns, que merecem ser estudados e o mais consensualmente possível ensinados nas escolas.

Transformar o Século XX na resistência ao Salazarismo, reduzindo-o a meros rituais antifascistas e através de actos a imposições administrativas, conduz aos resultados que ficaram à vista de todos, num lamentável concurso de televisão.

É tempo de respeitar a história portuguesa do Século XX, porque, não tenhamos dúvidas, nas suas páginas terão lugar, por direito próprio, os que sofreram as torturas na António Maria Cardoso, na Rua do Heroísmo, no Porto, ou no Aljube de Lisboa.



Deputados Europeus do PSD questionam Comissão Europeia sobre o uso de rolhas de cortiça



Os Deputados PSD, *Silva Peneda, Duarte Freitas e Carlos Coelho*, juntamente com o Deputado espanhol Raul Romeva enviaram uma pergunta oral à Comissão Europeia relacionada com a utilização de cortiça nas rolhas de garrafas com produtos vitivinícolas.

Segundos os Deputados *“a entrada no mercado de rolhas sintéticas significa, além da escolha de uma política de baixo custo em substituição da alta qualidade, uma grave ameaça às florestas de sobreiro.”*

Até ao momento, a cortiça tinha sido um produto indiscutível nas rolhas de garrafas com produtos vitivinícolas, pelas suas propriedades físicas idóneas para o objectivo a que se propunham. Apesar disso, ultimamente entraram no mercado produtos sintéticos substitutivos, baseando a competição em campanhas, não comprovadas tecnicamente, de desprestígio do produto natural, enquanto por outro lado tentam imitar ao máximo as características da cortiça usando mesmo a palavra *“cork”* em parte do nome deste produto.

Isto obriga a redefinir a importância da cortiça de um ponto de vista mais amplo. Segundo a justificação das questões colocadas *“deve destacar-se que a indústria do sobreiro é um modelo a seguir de actividade industrial sustentável”*. Em primeiro lugar, é de carácter local; isto faz com que não *“só seja uma fonte de emprego nas localidades que se dedicam a esta actividade como também apresenta uma grande biodiversidade, muitas vezes autóctone da “bacia mediterrânica” que corre perigo de extinção em caso de desertificação. Além disso, contribui para o equilíbrio ecológico da zona uma vez que o uso económico das florestas de sobreiro evita a sua desflorestação.”*

Por outro lado, a cortiça é considerada um produto de qualidade e não há estudos fidedignos que demonstrem que os produtos sintéticos melhorem as suas prestações. Para garantir esta qualidade, conta-se com uma resolução europeia RepAP (2004)² sobre o contacto entre a cortiça com produtos alimentícios, sendo a única tampa que conta com uma norma específica.

As questões colocadas foram as seguintes:

- Pensa a Comissão tomar alguma iniciativa legislativa para proteger esta actividade, com todos os benefícios sociais e ecológicos que acarreta?
- Pensou a Comissão promover uma etiquetagem que informe os consumidores do material usado na rolha / tampa das garrafas?

- Existe hoje em dia, ou há a intenção de estabelecer algum termo de cooperação com os países produtores da *“ribeira do mediterrâneo”* para potenciar o seu desenvolvimento ?

Notícias de Arada (Ovar)

“Zero” em matéria de Obras, na freguesia de Arada

Os autarcas do PSD na Assembleia de Freguesia de Arada reuniram-se recentemente para analisar a situação autárquica da freguesia e fazer um primeiro balanço do mandato dos executivos, quer da freguesia, quer da Câmara e Assembleia Municipal de Ovar.

A primeira conclusão deste encontro foi que, pela parte da Junta de Arada, não tem havido qualquer acção digna de registo na freguesia. Pelo contrário, o que se constata, e que os aradenses lamentam, é que as obras executadas até agora foram zero e as promessas eleitoriais feitas há dois anos continuam por cumprir.

Os autarcas sociais-democratas elencaram, neste encontro, um conjunto de obras fundamentais, para as quais a freguesia de Arada exige uma resposta. A saber, a falta de iluminação e de segurança do Largo de Santo António; a valorização da fonte do Estanislau, um lugar de

interesse histórico e paisagístico, com potencial turístico, cuja apregoada intervenção continua no plano das promessas; e, por fim, a mais importante de todas as obras ambicionadas pelos aradenses, o saneamento básico, que no século XXI, ainda é uma miragem nesta freguesia esquecida do Concelho de Ovar.

Por tudo isto, os autarcas de Arada lamentam que, com metade do mandato quase cumprida, a freguesia continue a ser ignorada pelos responsáveis políticos e recolheram várias sugestões para apresentar esclarecimentos ou recomendações na Câmara Municipal de Ovar. Em resultado deste encontro foi criado um Grupo de Trabalho para acompanhar de perto todas as matérias já referidas e para dinamizar e reforçar a implantação do PSD em ARADA. – **CPS/Ovar**



Notícias de Aveiro

Finalmente criado o Tribunal Administrativo e Fiscal

Foi finalmente criado, no passado dia 20, o Tribunal Administrativo e Fiscal em Aveiro.

Após alguns meses de conversações e de diálogo entre a autarquia e o Governo, em que se mantiveram e defenderam as reivindicações aveirenses, o Conselho de Ministros viu-se forçado a concretizar os esforços das instituições aveirenses que reivindicavam a sua criação.

Élio Maia, presidente da Câmara Municipal de Aveiro, sublinha “a importância da criação do Tribunal Administrativo e Fiscal em Aveiro, visto que irá resolver os problemas dos processos desta cidade e região que estavam pendentes no tribunal de Viseu”. O presidente das Autarquias reafirma “a cedência das instalações do antigo Convento das Carmelitas, situado na Praça Marquês de Pombal, para a instalação deste novo serviço”.

A vontade da Câmara Municipal de Aveiro em instalar um Campus



Judicial mantém-se bem firme e é intenção deste executivo continuar com este projecto que irá melhorar a qualidade de vida dos aveirenses e das empresas da região. “Estamos felizes e sentimos que o nosso trabalho foi premiado”, reforça Élio Maia.

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro irá abranger todos os

concelhos do distrito o que demonstra que é uma decisão benéfica para a região, reconhecendo a quantidade de processos (cerca de dois terços do total) que, sendo gerados na região, eram encaminhados para Viseu.

Realojamento de famílias de zonas de risco

De acordo com o Plano de Realojamento da Autarquia Aveirense, na semana passada procedeu-se à entrega de fogos a quatro famílias, cujas construções onde residiam foram consideradas em risco elevado de ruína e reportam-se às Freguesias de Vera Cruz, Glória, Esgueira e Santa Joana. O realojamento tem lugar na Urbanização de Santiago.

A Câmara Municipal, nos últimos meses, procedeu ao realojamento de um munícipe que residia numa barraca sita na Travessa da Rua Comandante Rocha e Cunha e reabilitou duas habitações sitas na Quinta da Bela Vista – Casas n.º 45 e 47, que ficaram inabitáveis devido a um incêndio que deflagrou no dia 31 de Maio de 2005.

Segundo Miguel Capão Filipe, Vereador responsável pelo Pelouros dos Assuntos Sociais, “o realojamento de famílias cujas situações são consideradas de emergência, tem sido

feito de acordo com as necessidades dos cidadãos, como se pode verificar nestas atribuições.”

A exequibilidade do Plano de Emergência assenta numa intervenção de proximidade junto da população e administradores de condomínio, metodologia facilitadora no processo de resgate de habitações e, através do qual foi possível, por devolução, gerar a oportunidade de acesso a uma habitação, a famílias carenciadas, cujas situações sócio-económicas são consideradas de “emergência”.

As subseqüentes etapas do Plano de Realojamento pressupõem a mobilidade de famílias em processo de adequação de tipologia e/ou transferência, de acordo com as respectivas composições dos agregados familiares e motivos de saúde associados, na sua maioria, a dificuldades de locomoção.

A gestão das carências habitacionais do Concelho de Aveiro é um processo de desenvolvimento contínuo, em constante actualização, e, acontece da solicitação dos municípios, Juntas de Freguesia e comunidade em geral, com especial relevo para as famílias de baixos recursos económicos residentes em ilhas, construções abarracadas, habitações em perigo iminente de ruína e/ou construções que, tecnicamente, não são passíveis de recuperação ou que, eventualmente, não obedecem ao rigor urbanístico determinado pela legislação vigente, sendo que o conhecimento destes

“habitats”, nalguns casos, áreas de vulnerabilidade e de risco é, sem margem de dúvida, fundamental para sublinhar a necessidade de expansão dos recursos habitacionais a disponibilizar a estas famílias. O que foi alcançado com estes primeiros quatro alojamentos.

A Páscoa em Aveiro

Com a finalidade de assinalar a Páscoa em Aveiro, a Câmara Municipal de Aveiro propõe este ano um programa de acções culturais e religiosas que tem como finalidade sensibilizar a população para a música sacra; promover e divulgar o artesanato da região num momento em que se encontram em Aveiro inúmeros turistas; dar a conhecer aos cidadãos o sal e os vários locais produtores nacionais e internacionais, assim como, os Antigos Centros Produtores, agora inactivos; e sensibilizar para uma maior consciencialização para a preservação do património.

Assim, de 31 de Março a 2 de Abril, das 10.00 às 19.00 horas, realizou-se a Feira Internacional do Sal no Rossio e Praça Joaquim Melo Freitas. Em simultâneo esteve patente a exposição “Sal do Atlântico” no Museu da Cidade.

No dia 3 de Abril, a Orquestra Filarmonia das Beiras apresentou “Requiem” de Mozart, às 21.30 horas, na Sé de Aveiro. “Requiem” é a última obra musical de Mozart, ficando mesmo incompleta, cabendo



terminá-la a um seu discípulo, Franz Xavier Sussmayr. O concerto teve entrada livre e foi um verdadeiro sucesso..

De 4 a 8 de Abril, o Rossio recebe a Feira de Artesanato da Primavera. O horário é de Segunda a Quinta-feira, das 15.00 às 20.00 horas e nos restantes dias, das 10.00 às 20.00 horas.

O Coro e Orquestra da Fundação do Conservatório Regional de Gaia interpretarão no dia 5 de Abril, pelas 21.30 horas, na Igreja da Misericórdia, o “Stabat Mater” de Pergolesi. Tem entrada livre.

De carácter religioso, irá realizar-se a Procissão Comemorativa do Entero do Senhor no dia 6 de Abril, às 21.30 horas, com saída da Igreja Nossa Senhora da Apresentação. No dia 8, com início às 10.00 horas, terá lugar a Procissão da Ressurreição que sairá da Igreja Nossa Senhora da Apresentação seguindo o seguinte percurso: Rua Manuel Firmino; Rua Conselheiro Magalhães; Avenida Dr. Lourenço peixinho; Rua Viana do castelo; Ponte praça; Praça Joaquim Melo Freitas; Rua Tenente Resende; Rua D. Jorge de Lencastre; Igreja Nossa Senhora da Apresentação.

Arquitectura e urbanismo premiados no “PAUMA”

A Câmara Municipal de Aveiro entregou, no dia 29 do mês passado, o Prémio Arquitectura e Urbanismo de e apresentou o respectivo catálogo.

Organizado pela Câmara Municipal com a colaboração da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, o P.A.U.M.A. pretendeu dar a conhecer a qualidade arquitectónica e urbanística dos trabalhos realizados no Município de Aveiro, através da distinção da melhor obra de raiz e/ou obra de reabilitação/restauro que, pela sua concepção e correcção construtiva, que represente um contributo para a valorização e salvaguarda do Património

Arquitectónico e Urbanístico.

Nesta segunda edição, as propostas apresentadas pelos candidatos, que incluem as tipologias unifamiliar, multifamiliar e equipamentos, inscrevem-se todas na categoria da Melhor Obra de Raiz. A realização da iniciativa contou com a colaboração da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, bem como da Associação Portuguesa de Planeadores do Território, o Núcleo de Arquitectos de Aveiro, o IPPAR – Delegação Regional de Coimbra, a ADERAV e do Prof. Douro Arq. Sérgio Fernandez.

A atribuir pela segunda vez, o Prémio de Arquitectura e Urbanismo de Aveiro constituiu o culminar da Mostra de Arquitectura e Urbanismo de Aveiro que decorreu durante alguns meses de 2006, com a realização de um conjunto de exposições sobre a temática da Arquitectura e Urbanismo e de visitas guiadas a exemplos de intervenção arquitectónica contemporâneas pelo Paulo Anes.

O P.A.U.M.A. tem como pressupostos reconhecer o profissionalismo e qualidade do trabalho dos arquitectos que actuam na área do Município de Aveiro; contribuir para o fomento da qualidade dos espaços onde se desenrolam acções humanas; servir de incentivo ao conjunto de intervenientes na obra de arquitectura e/ou urbanismo; afirmar-se como um serviço à sociedade, porquanto os cidadãos são os destinatários últimos da obra de arquitectura; distinguir as melhores obras de raiz e/ou reabilitação decorridas no Município de Aveiro que pela sua concepção e correcção construtiva representem um contributo para a valorização e salvaguarda do património arquitectónico e urbanístico; e, por último, estender ao resto do país o modo de entender a arquitectura e urbanismo do concelho de Aveiro. - CM/Aveiro



Notícias de Braga

Autarcas visitam Lugar da Fonte



Os Autarcas da Coligação “Juntos por Braga” da Freguesia de Maximinos, liderados por Carlos Moreira, realizaram ontem, Sábado, uma visita ao Lugar da Fonte, nesta Freguesia, a convite dos moradores.

Trata-se de uma situação terceiro-mundista que se vive em plena cidade de Braga e que mereceu o profundo repúdio dos Autarcas da Coligação, os quais, perante a passividade da Junta de Freguesias, esperam agora ver a questão levantada em sede de reunião do Executivo Municipal, através da equipa liderada por Ricardo Rio.

Os eleitos pela Coligação «Juntos por Braga» da Freguesia de Maximinos foram abordados pelos moradores do Lugar da Fonte para transmitir a indignação que sentem face ao estado caótico em que vivem há alguns anos no que respeita à acessibilidade às suas residências.

Na visita efectuada àquele lugar, em 24 de Março de 2007, os representantes da Coligação ouviram os moradores sobre o problema existente neste arruamento que, segundo estes afirmaram, é sobejamente conhecido do Executivo da Junta de Freguesia.

Ou seja, durante o Inverno a Rua transforma-se num autêntico lamaçal que impede os moradores de a percorrer a pé, facto que prejudica sobretudo os idosos. Por outro lado, o acesso, de cerca de 100 metros, apresenta-se tão esburacado que os moradores se queixam de vários problemas provocados nas suas

viaturas.

Trata-se de uma manifesta falta de vontade, de quem tem a obrigação de zelar pela qualidade de vida dos cidadãos, em resolver os problemas de mobilidade das cerca de dez famílias que aí vivem. Porquanto consideramos que, após a execução das obras de beneficiação dos Caminhos-de-Ferro deveria aquele artéria, ter sido regularizada. No entanto, esta foi votada ao abandono, a ponto de, em plena Cidade de Braga, termos uma rua em terra batida, com imensos buracos que, segundo os moradores, se torna intransitável em tempo de chuva e perigosa para a circulação de viaturas.

A acrescentar a esta situação, existe um espaço cheio de ervas daninhas onde coexistem restos de ruínas de três antigas habitações, escondidas por resíduos vários e acompanhadas de esgotos a céu aberto que provocam cheiros nauseabundos, situação de que muito se queixam os residentes.

Ermelinda Silva, uma idosa aí residente, referiu que ela própria já tinha gasto dinheiro seu, para comprar cascalho e remediar o acesso próprio, de forma a que o seu filho a pudesse buscar em viatura. Porque, segundo esta moradora, quando chove os idosos não conseguem sair de casa porque a Rua transforma-se num lago lamacento.

Também Carlos Martins, outro morador, fez questão de transmitir aos eleitos da Coligação que tinha tirado umas fotos ao arruamento e zona

envolvente da Fonte do Menino Deus, propositadamente para as entregar ao Presidente da Junta de Freguesia de Maximinos, na esperança que os problemas fossem resolvidos. Mas, até ao momento, nada aconteceu.

Esta situação era já do conhecimento dos eleitos da Coligação que, há meses, tinham recebido queixas de alguns moradores. Por isso mesmo, em 5 de Maio de 2006, apresentaram na Assembleia de Freguesia um requerimento a solicitar a regularização do esgoto a céu aberto. Também, na mesma data, foi solicitada a protecção e a recuperação da Fonte do Menino Deus após a

limpeza do espaço envolvente.

Estes pedidos nunca atendidos, já vem de 14 de Junho de 2006, quando os eleitos da Coligação «Juntos por Braga» solicitaram ao Executivo da Junta de Freguesia o calcetamento ou o asfaltamento do único acesso dos moradores do lugar da Fonte às suas residências. Até ao momento, apenas se obteve a informação de que todas as solicitações tinham sido remetidas à Câmara Municipal para análise e possível execução.

Lamentamos que a Junta de Freguesia tenha optado por uma postura de mero escritório de correio de remessa dos assuntos à Câmara Municipal.

Lamentamos que os poderes públicos de proximidade, como a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, permitam que situações como a que vivem, de forma tão dramática, os moradores do Lugar da Fonte permaneçam, ano após ano, apenas no plano das intenções e das promessas.

Como é possível que, em pleno século XXI e em plena malha urbana de uma cidade que pretende afirmar-se pelo slogan «É bom viver em Braga», existam pessoas com tão precárias condições de acessibilidade e de ambiente?

Na reunião efectuada em 24 de Março, a pedido dos moradores, os eleitos da Coligação comprometeram-se a alertar, de novo, o executivo da Junta de Freguesia para a situação de autêntico gueto em que estão os moradores daquele lugar e, através dos Vereadores da Coligação, levantar este assunto na Câmara Municipal de Braga para que se encontre uma solução o mais urgente possível. Porque está em causa a qualidade de vida e de saúde de cidadãos em plena Cidade de Braga. —CPS/PSD-Braga



Susan Lowndes e Luiz Marques dão nome a ruas no Estoril

No dia 31 de Março, às 12H30, a Câmara Municipal de Cascais prestou homenagem aos jornalistas e escritores Susan Lowndes e Luiz de Oliveira Marques atribuindo o seu nome a duas ruas no Alto dos Gaios, freguesia do Estoril.

Susan Lowndes nasceu em Londres a 15 de Fevereiro de 1907. Filha da escritora Marie Belloc Lowndes e do jornalista do periódico "The Times" Frederick Lowndes, Susan iniciou-se na escrita ainda jovem. Vem pela primeira vez a Portugal, mais precisamente ao Estoril, em Agosto de 1938, em férias na companhia dos pais, altura em que conhece Luiz Marques, já na época jornalista com alguns anos de carreira.

Escreveu diversos livros sobre Portugal e foi correspondente de diversas publicações, entre elas o jornal "The Times", trabalho que lhe valeu um prémio da Junta de Turismo da Costa do Estoril.

Foi condecorada, em 1975, pela Rainha Isabel II de Inglaterra com a Ordem do Império Britânico, pelos serviços prestados à comunidade inglesa em Portugal.

Faleceu a 3 de Fevereiro de 1993.

Luiz Marques nasceu em Novembro de 1898, em Lisboa. Filho de Jaime Artur Marques e de Ema Oliveira Marques, frequentou escolas no Reino Unido e em Portugal, indo viver para Londres em 1919.

No Reino Unido, trabalhou como correspondente do jornal Diário de Notícias; em Portugal foi professor de inglês, tradutor e explicador; em 1937 é nomeado director do jornal "The Anglo-Portuguese News" (APN), fundado pelo Major Wackerman, tendo-se tornado seu proprietário em 1954. Neste âmbito,

em conjunto com a mulher, desenvolveu vasto trabalho em prol dos Aliados durante a II Grande Guerra, que lhe valeu a Comenda de Membro do Império Britânico. Foi ainda correspondente dos periódicos britânicos "Daily Telegraph" e do "Sunday Telegraph" e fundador da Associação de Imprensa Estrangeira.

Faleceu a 1 de Outubro de 1976, no Monte Estoril.



Muito conhecido e respeitado no Estoril daquela época, o casal relacionava-se com os representantes das casas reais que aqui viviam e com membros de outras comunidades estrangeiras, para além da portuguesa e inglesa. Católicos convictos e solidários com os problemas do próximo, frequentavam assiduamente a Igreja de Santo António do Estoril e a Igreja dos Salesianos e apoiavam diversas instituições de solidariedade. (vide artigo inserto na Agenda Cultural Março/Abril).

A edilidade prestou-lhes, agora, homenagem, ao perpetuar os seus nomes no topónimo da freguesia onde residiram grande parte das suas vidas.

- CMC

Notícias de Beja

Distrital acusa o Governo PS de “abandonar o interior” do país

A distrital de Beja do PSD acusou hoje o Governo de “abandonar completamente” o interior do país e de não promover a “discriminação positiva” dos projectos estruturantes da região, como o aeroporto de Beja.

“Basicamente, nestes dois anos de governação do PS, está tudo mal e o distrito de Beja não escapa incólume. A discriminação positiva para o interior do país não passa de uma miragem”, disse Amílcar Mourão, presidente da distrital social-democrata.

O dirigente social-democrata falava à agência Lusa à margem de uma conferência de imprensa, realizada hoje à noite, em Beja, na qual participou o secretário-geral do partido, Miguel Macedo, para fazer a avaliação dos dois anos do Governo liderado por José Sócrates.

Manifestando preocupação quanto à “falta de medidas que combatam a desertificação e promovam o desenvolvimento sustentado” do país, Amílcar Mourão acusou mesmo o executivo socialista de estar a “abandonar”

as zonas do interior, como é o caso de Beja.

“Para haver uma política de atracção de investimento para o interior, é preciso que, aí, existam infra-estruturas e o que verificámos é que não há qualquer discriminação positiva nessa área”, disse.

Mesmo o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que vigora a partir deste ano e até 2013, “não vai trazer nada de especial para apoiar o investimento no interior”, sublinhou.

“O Governo só quer é fechar escolas, maternidades, urgências. Qualquer dia, fecha o país”, sustentou o dirigente social-democrata.

Relativamente aos projectos estruturantes da região, como o aeroporto de Beja, cuja primeira pedra, em final de Janeiro, foi lançada numa cerimónia presidida pelo primeiro-ministro, Amílcar Mourão também foi crítico, ao analisar a governação socialista.

“Sócrates lançou a primeira pedra, ao fim de dois anos do projecto estar parado, mas, depois disso, não apareceram as segunda e terceira

pedras.

Está tudo na mesma e a próxima pedra será a lápide, para encerrar definitivamente o projecto”, argumentou.

Também o projecto do Itinerário Principal 8 (IP-8), que vai servir para ligar Sines a Beja e à fronteira com Espanha, “está parado”.

“E o Governo ainda não esclareceu se, afinal, o percurso vai parar em Beja ou se vai mesmo até à fronteira”, afirmou o presidente da distrital do PSD.

Mesmo no caso do Alqueva, acentuou, “a promessa de antecipar em dez anos a conclusão do projecto [de 2025 para 2015] já tinha sido preparada pelo anterior governo [do PSD]”.

“Este governo só está a prosseguir, no que respeita ao Alqueva, o que o PSD já tinha programado. É pena é que não faça o mesmo relativamente ao aeroporto e ao IP-8, que estavam já em condições de arrancar a sério e, agora, estão parados”, disse. –

Fonte: Lusa

Notícias de Coruche

Ecoss da visita de Luís Marques Mendes

A Comissão Política Concelhia do PSD/Coruche, em comunicado que enviaram ao "Povo Livre", expressa publicamente a sua satisfação, pela forma como decorreu a visita do Presidente do Partido, Dr. Marques Mendes, no passado dia 3 ao nosso Concelho.

A inauguração da Nova Sede Concelhia e a homenagem aos Fundadores do Partido, em Coruche, que decorreu num clima de festa e união, em torno dos Ideais Sociais Democratas, foram para nós, o agúrio do início de uma nova fase no PSD, em Coruche.

Também a adesão da população, ao almoço convívio, que juntou mais de 300 militantes e simpatizantes, é prova de que a oposição responsável e construtiva que o PSD está a fazer ao Executivo Socialista, corresponde às expectativas da população do Concelho.

Queremos agradecer a todos os que se associaram a este dia de festa, e transmitir à restante população, que pode contar com a nossa força, para defender os interesses do Concelho.

Garantimos que não nos calaremos e que vamos continuar a fazer oposição, fazendo sentir a todo o momento, as preocupações da população e os seus anseios e necessidades, como são:

- O Novo Quartel dos Bombeiros e a sua situação actual;
- O arranjo urbanístico da entrada da Vila de Coruche;
- Cota do muro na margem direita do Rio Sorraia;
- Paradeiro da estátua do Major Luís Alberto de Oliveira.

Estamos a trabalhar com os TSD, a JSD, os Autarcas da Assembleia Municipal e das Assembleias de Freguesia, para intensificar a nossa acção política.

O Partido Social-Democrata continua a fazer a diferença para melhor, no Concelho de Coruche. - **CPS/Coruche**

Homenagem aos fundadores do PSD e a militantes já falecidos

O Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Coruche, agradece, por intermédio do «Povo Livre» a todos os militantes, amigos e simpatizantes do Concelho, a participação na homenagem aos fundadores do Partido, assim como aos militantes já falecidos.

O almoço que se realizou na Quinta Várzea, que felizmente foi de encontro às nossas melhores expectativas, reuniu centenas de pessoas.

Um agradecimento aos que,



embora alguns deles já tenham desempenhado cargos directivos no PSD a nível Concelhio, Distrital e até Nacional, entenderam não participar.

Aproveito a oportunidade para lembrar que em uníssono se faz a força e que a hora é de mudança.

Um agradecimento especial à população de Coruche que nos apoiaram, assim como, ao Rancho Folclórico Regional do Sorraia que também colaboraram, no sucesso desta visita do Presidente do PSD a CORUCHE.

Um agradecimento muito especial a todos os militantes que desde a primeira hora se envolveram empenhadamente nesta iniciativa, nomeadamente: Senhoras Anabela B. Ferreira, Rita Paulo, Fátima Bento e Senhores José Manuel, José M Potier, Gonçalo Dias, José M Bento, Frederico Condeço, Vitoriano Rosado, Ricardo Carvalho, Victor Queijeiro e Augusto Penas, assim como aos companheiros da JSD e dos TSD. - **Ricardo F. Santos, CPS/PSD**

Notícias de Vieira do Minho

JSD contra o possível encerramento do SAP

Confrontada com o possível breve encerramento do SAP local, a Comissão Política da JSD de Vieira do Minho tomou – e tornou pública - uma posição totalmente contrária a esta medida, afirmando em comunicado:

«Tornou-se público nos órgãos de comunicação social, a nível nacional e mais tarde a nível local, que o SAP, vulgarmente designado por Urgências, de Vieira do Minho poderá encerrar, ou melhor que se encontra numa lista de SAP's a encerrar.

Assim, não pode a JSD local calar a sua indignação e a sua mágoa: indignados pois não acredita que o Sr. Ministro da Saúde falte com a sua palavra; magoados, pois mais uma vez um Concelho já de si pobre e envelhecido, poderá ver-se privado de mais um serviço essencial a todos!

Recordando tomadas de posição recentes, o PS local praticamente garantiu que o SAP não encerrava; na Assembleia Municipal, a bancada do PS no mandato anterior garantia igual situação; ouviram-se críticas da parte dos responsáveis do PS local quando do abaixo-assinado iniciado pela Autarquia, surgindo assim uma questão inevitável: O PS local defende os interesses de Vieira do Minho, ou de um Governo Socialista que ignora as dificuldades particulares deste Concelho?

Pede a JSD local para que assumam de uma vez por todas a sua posição, esquecendo a cor política deste Governo e que trabalhem no sentido do serviço em questão não encerrar.

Caso o consigam, pois estão numa posição privilegiada para tal, estará a JSD de Vieira do Minho na linha da frente para lhes transmitir mérito.

Se está o PS local mais próximo do Governo do Sr. José Sócrates, apela a JSD local aos responsáveis para que tentem transmitir a vontade dos vieirenses que é, sem sombra de dúvidas, a manutenção do SAP em Vieira do Minho.

Manifesta a JSD de Vieira do Minho a sua disposição para organizar, trabalhar e participar em todas as actividades que visem contrariar a posição de Sr. Ministro da Saúde, pois se até aqui sempre acreditou na palavra das pessoas, daqui para frente acreditará única e exclusivamente em factos pois entendem estar cansados de tanta incerteza!

A JSD lamenta que esteja a ser posto em causa o direito a cuidados de saúde primários, quer dos habitantes de Vieira do Minho, quer das pessoas que escolhem o concelho para visita ou férias.

A JSD lembra ainda que Vieira do Minho está a perder os bens mais básicos que fixam a população e que assim será impossível inverter a actual situação de saída constante de jovens para os concelhos vizinhos.

O encerramento do SAP é um passo decisivo no sentido da centralização e conseqüente abandono das zonas periféricas dos grandes centros.

Dizem que este século é o século das cidades, mas desta forma é antes o século da aniquilação das aldeias e da fraca qualidade de vida.

Termina a JSD apelando à mobilização de todos, por se tratar de um bem comum, pois ninguém conseguirá prever quando um Avô ou uma criança, ou qualquer Vieirense em geral, possa necessitar dos serviços das Urgências de Vieira do Minho!

Considera a JSD que a SAÚDE é mais importante que qualquer valor economicista ou Político!

- **CPS da JSD**

Câmara quer poupar verbas muito elevadas em comunicações, chegando, nalguns casos, aos 40 %

A Câmara de Lisboa deverá poupar mais de um milhão de euros por ano através de restrições a chamadas de telefones fixos, diminuição dos 'planfunds' dos telemóveis e renegociação de contratos com operadoras, soube-se na quinta-feira, hoje por despacho do presidente da Câmara, Carmona Rodrigues (PSD), comunicado à informação pelo vereador António Prôa (PSD). Estas restrições deverão permitir poupar 700 mil euros anuais (poupança de 40 por cento).

Segundo o vereador com o pelouro da Inovação e Modernização Administrativa, dos cerca de três milhões de euros gastos em comunicações, 2,5 milhões referem-se a encargos com telefones fixos.

Entre os gastos com os telefones fixos, 1,7 milhões de euros (70 por cento) prendem-se com chamadas que têm por destino um telemóvel.

"Qualquer funcionário que necessite, para o seu serviço e da Câmara, de fazer um telefonema para fora de Lisboa, terá de o solicitar a uma telefonista e essa chamada ficará registada", afirmou António Prôa.

Fora deste regime restritivo ficam o presidente, os vereadores com e sem pelouros e os directores municipais e de departamento e chefes de divisão.

Também por despacho de Carmona Rodrigues, serão diminuídos os 'plafonds' dos 1.400 telemóveis da autarquia (que incluem os telemóveis atribuídos à Polícia Municipal, Protecção Civil e Bombeiros), de forma a "harmonizar" com a prática da administração central.



"Por essa via, consegue-se uma poupança entre 20 a 30 por cento", disse António Proa, acrescentando que representa uma verba entre 40 a 75 mil euros.

Além destas medidas decididas por despacho de Carmona Rodrigues, foi apresentada em sessão pública de Câmara, na quarta-feira, a celebração de um contrato com a operadora de comunicações móveis Vodafone.

Este novo contrato, "resulta de uma negociação com as três operadoras, na qual a Vodafone

ofereceu claramente as melhores condições", sustentou António Prôa.

O novo contrato vai permitir uma poupança de 350 mil euros anuais da despesa corrente da autarquia, adiantou o vereador social-democrata.

Os funcionários da Câmara vão igualmente ter acesso a um contrato com esta operadora em "condições muitíssimo vantajosas".

António Prôa sublinhou que, com esta nova política de utilização das comunicações, "não está em causa a diminuição da operacionalidade dos serviços da Câmara".

Através da gestão centralizada de compras, um projecto da autarquia iniciado em Junho de 2006, será igualmente adquirido material administrativo, com uma poupança de 67 por cento.

Segundo António Prôa, "de um universo de 157 mil euros anuais, vai passar-se para uma despesa de 50 mil euros anuais" com a compra daquele material através da gestão centralizada de compras.

O presidente da Câmara, Carmona Rodrigues, anunciou há cerca de duas semanas que a autarquia lisboeta deverá poupar 33 milhões de euros em seis anos, através da gestão centralizada de compras.

A Câmara restringe o uso carros municipais e pretende poupar um milhão euros

A Câmara aprovou quarta-feira passada um novo regulamento de utilização das viaturas municipais, que diminui o número de carros dos gabinetes, entre outras medidas que deverão poupar um milhão de euros anuais. Em transportes.

As novas regras de utilização dos carros da Câmara, que substituem o regulamento em vigor desde 2002, foram aprovadas com os votos contra do PCP, Bloco de Esquerda e do vereador socialista Nuno Gaioso Ribeiro, a abstenção do CDS-PP, e os votos favoráveis do PSD e PS.

Com este regulamento, os gabinetes da oposição passam a ter menos um carro e a maioria mantém as viaturas ao seu serviço.

Uma força política com até três vereadores passa a ter um carro (caso do PCP, Bloco de Esquerda e CDS-PP), com mais de três vereadores passa a ter dois veículos (caso do PS), explicou o vereador social-democrata Pedro Feist, responsável pela frota municipal.

Quanto aos vereadores com pelouro, cada gabinete dos vereadores





da maioria social-democrata tem direito a quatro viaturas.

Segundo o vereador, com este regulamento a autarquia poderá “numa primeira fase, reduzir a frota em cerca de 120 carros”.

Actualmente, a frota municipal é composta por cerca de 800 viaturas ligeiras e pesadas, depois de há duas semanas ter sido alterado um contrato de aluguer de longa duração para a autarquia prescindir de 200 carros.

“Havia uma desobediência colectiva de que os carros não vinham ‘dormir’ à Câmara. O regulamento reitera que os carros têm de vir ‘dormir’ à Câmara”, disse Pedro Feist.

De fora desta regra ficam os “carros de utilização plena”, atribuídos ao presidente da Câmara e ao seu chefe de gabinete e a todos os vereadores.

Todos os outros carros, de “uso restrito”, vão igualmente passar a estar sujeitos a uma limitação de 120 litros de combustível por mês.

“A poupança do combustível e a resultante de os carros permanecerem ao fim-de-semana e à noite na Câmara deixando de servir fins particulares vai permitir uma poupança de cerca de um milhão de euros anuais”, calcula Pedro Feist.

O vereador socialista Rui Paulo Figueiredo sublinhou que a “a proposta permitirá fazer alguma racionalização da despesa”.

Rui Paulo Figueiredo alertou, contudo, para a necessidade de o regulamento estabelecer critérios “ecológicos” quanto ao combustível utilizado e à cilindrada dos automóveis.

“A principal motivação para este regulamento é a contenção de despesa, que nós apoiamos”, sustentou igualmente o vereador socialista Dias Baptista.

O vereador comunista Ruben de Carvalho apresentou um requerimento pedindo a “consulta de todos os documentos que presidiram à elaboração deste regulamento”. - **CML**

“A comparação com 2002 não chega”, argumentou Ruben de Carvalho, que pretendia que a votação da proposta fosse adiada para possibilitar a consulta dos documentos, o que não foi aceite pela

maioria.

O vereador comunista considera que se “começou a casa pelo telhado” ao ter sido aprovada a diminuição de cerca de 200 viaturas da Câmara antes da aprovação deste regulamento.

Ruben de Carvalho referiu-se igualmente à diferença de cilindrada dos carros, mais alta para o presidente e vereadores com pelouros, que é estabelecida no regulamento, mas “esqueceu-se” de dizer que o carro que o Presidente utiliza é o de menor cilindrada (1900 cc) entre os carros atribuídos aos vereadores e igual ao dos atribuídos à oposição.

“A concepção que eu tenho de mim como vereador, da minha dignidade, não tem nada que ver com um carro, mas a sua concepção tem”, disse o autarca comunista, dirigindo-se a Pedro Feist.

Pedro Feist respondeu que, quanto à cilindrada dos carros, “as regras do jogo mantêm-se, não há elevação nem diminuição de cilindrada dos carros”, seguiu-se o regulamento de 2002.

O vereador social-democrata considerou, contudo, que “quem tem o poder, representa a Câmara”, tendo assim, direito a carros de maior cilindrada, sublinhando que o regulamento não estabelece a cilindrada, mas define uma “baliza” máxima da potência dos veículos.

A vereadora do CDS-PP, Maria José Nogueira Pinto, considerou, por seu turno, que “os abusos [na utilização dos carros municipais] são matérias disciplinares”.

“Não acredito que os abusos se resolvam com regulamentos”, disse, acrescentando que essas faltas devem ser respondidas à “cadeia hierárquica”.

Faltam poucos dias para a abertura do Túnel do Marquês

Numa visita ao Túnel do Marquês, que teve lugar no dia 30 de Março, o vereador Pedro Feist, responsável pelo pelouro das Obras Municipais, adiantou que a data de abertura do equipamento deverá ser anunciada na próxima semana. Até lá, continuam a ser feitos testes de segurança.

Apesar de remeter o anúncio da

abertura do túnel para a próxima semana, Pedro Feist fixou Abril como sendo o mês da inauguração do Túnel do Marquês. Isto porque, “tecnicamente, a parte da construção civil está pronta”, mas ainda se está a proceder aos testes de segurança por forma a “antecipar todas as situações previsíveis e imprevisíveis”. Os testes servem ainda, e segundo o vereador, para “que a população não tenha dúvidas em passar pelo túnel todos os dias e contrariar as vozes negras que dizem que é inseguro”.

Neste momento, apenas se encontra por concluir a saída da Avenida António Augusto de Aguiar, por ainda faltar escavar uma extensão de cem metros na Avenida Fontes Pereira de Melo, um trabalho que se encontra condicionado pelas obras de reforço do túnel do Metropolitano de Lisboa.

Para Pedro Feist, que assegura que “este é um dos túneis mais seguros da Europa”, a não abertura daquela rampa “não terá um impacto significativo” na utilização normal da

infra-estrutura, que se espera que retire da superfície “até 50 mil automóveis por dia”. O vereador, que considera que “os lisboetas irão ficar contentes com o novo túnel”, adiantou que, até à abertura oficial, a Câmara irá distribuir informações detalhadas de como utilizar o equipamento.

O Túnel do Marquês visa melhorar a circulação rodoviária, promovendo a fluidez de tráfego numa das principais vias da cidade e áreas envolventes. Esta infra-estrutura, que irá contribuir para o descongestionamento do trânsito à superfície, tem uma extensão total de 1.725 metros e conta com três entradas e seis saídas.

De recordar que, segundo o responsável camarário pela obra, Vítor Damião, este foi dos trabalhos que contou com mais controlo ambiental. Exemplo disso foi o transplante de 108 árvores durante o seu processo de construção. - **CML/Lusa**

Notícias de Évora

Os socialistas agravam a “Doença” da Saúde...

Passados quatro meses do encerramento do CUCSE (Consulta de Urgência do Centro de Saúde de Évora) e da entrada em funcionamento das Unidades de Saúde Familiares (USF), o estado da saúde agravou-se em Évora.

A anunciada reforma da saúde, que o PS e o Governo não se cansam de elogiar apesar dos constantes e repetidos protestos das populações, revelou-se um verdadeiro desastre, oferecendo cuidados de saúde de pior qualidade e menor acessibilidade para os cidadãos.

Em Évora, onde a partir das 20 horas, quando encerram as Unidades de Saúde Familiares, os utentes em situação de emergência têm que recorrer ao Serviço de Urgência do Hospital do Espírito Santo, este serviço revela-se um verdadeiro caos e ameaça, por sobrelotação, perder a capacidade de resposta com a qualidade que se impõe na prática dos actos médicos e de enfermagem.

Longe de um hospital com dignidade, o que hoje se oferece aos doentes são horas intermináveis de espera em macas e cadeiras de rodas espalhadas pelos corredores, num ambiente confuso e ruidoso, que nem o esforço e empenhamento dos profissionais de saúde consegue atenuar.

Por outro lado, doentes com patologias e traumatismos graves vêm a sua entrada no Serviço de Urgência impedida pelos maqueiros, sem qualquer triagem, enquanto muitos outros são remetidos para o Centro de Saúde, para prescrição de medicação, após terem sido observados por médicos do HESE.

Ao contrário da propagandeada melhoria da qualidade da prestação de cuidados, as medidas tomadas pelo Governo em matéria de saúde submetem-se única e exclusivamente a critérios economicistas de diminuição de despesas.

Só essa poderá ser a explicação para que não sejam pedidos exames de diagnóstico nas consultas hospitalares e se encaminhem os doentes para o médico de família ou que estejam a ser anulados centenas de pedidos de consultas hospitalares, solicitadas há muitos meses, sem o cuidado de aferir da gravidade das doenças.

Apenas virtualmente sem listas de espera, o HESE não olha a meios para cumprir objectivos meramente economicistas, impostos pelo Governo e perseguidos pelos responsáveis da saúde da nossa região. Os mesmos que, bem sabendo da falta de muito material e de condições no Centro de Saúde e USF, nada fazem para que os doentes sejam tratados com dignidade e deixem de ser bolas de pingue-pongue entre os serviços de saúde. - **CPS/Évora**

A Distrital do PSD da cidade sadina promove “Academia Política”

No âmbito do seu Projecto Autárquico, teve lugar na Pousada da Juventude de Almada, a 1ª Academia Política da Distrital de Setúbal da JSD, e juntou mais de meia centena de jovens, que durante 2 dias tiveram formação com vista a dar-lhe maiores competências para aqueles que serão futuros dirigentes políticos e potenciais autarcas.

Foram realizados 4 módulos de formação [A Arte da Comunicação (formador: Rodrigo Moita de Deus, ex-jornalista e assessor da Fundação Champallimaud); Marketing Político (formador: Carlos Coelho, Eurodeputado); Ser Político (formador: Luis Rodrigues, Deputado e Secretário-Geral Adjunto do PSD); Comunicação Social (formador: Carlos Mendonça, jornalista)] e no 2º dia, os participantes tiveram a possibilidade de testar alguns dos conhecimentos adquiridos, através da realização de simulações de debates parlamentares.

Este momento serviu para demonstrar que na Política, os Políticos não são todos iguais, na exacta medida que há quem se esforce por preparar futuros Autarcas que





sejam capazes de exercer as suas funções com maior competência, maior dedicação, maior disponibilidade para representar a população que os elegem. E que na Política, as Novas Gerações estão cada dia mais capazes de assumir a responsabilidade de uma Cidadania Participada, Activa e Inconformada.

Esta acção de formação serviu também para mostrar que os jovens não estão demitidos da Política, na exacta medida em que se saiba cativá-los para uma nova forma de exercê-la. Tendo tido a participação de meia centena de jovens, entre os 17 e os 29 anos, que pagaram para receber formação, este momento demonstra que há Futuro nesta actividade nobre, e que os cidadãos podem confiar nas

Novas Gerações, pelo seu empenho, pela sua garra, pela sua coragem e determinação na construção de um projecto de desenvolvimento civilizacional da nossa terra.

- CPD/Setúbal

A iniciativa teve na sessão de abertura o Presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, e que contou no seu encerramento, com a presença do 1º Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, Azevedo Soares.

Notícias de Évora

Os socialistas agravam a “Doença” da Saúde...

Passados quatro meses do encerramento do CUCSE (Consulta de Urgência do Centro de Saúde de Évora) e da entrada em funcionamento das Unidades de Saúde Familiares (USF), o estado da saúde agravou-se em Évora.

A anunciada reforma da saúde, que o PS e o Governo não se cansam de elogiar apesar dos constantes e repetidos protestos das populações, revelou-se um verdadeiro desastre, oferecendo cuidados de saúde de pior qualidade e menor acessibilidade para os cidadãos.

Em Évora, onde a partir das 20 horas, quando encerram as Unidades de Saúde Familiares, os utentes em situação de emergência têm que recorrer ao Serviço de Urgência do Hospital do Espírito Santo, este serviço revela-se um verdadeiro caos e ameaça, por sobrelotação, perder a capacidade de resposta com a qualidade que se impõe na prática dos actos médicos e de enfermagem.

Longe de um hospital com dignidade, o que hoje se oferece aos doentes são horas intermináveis de espera em macas e cadeiras de rodas espalhadas pelos corredores, num ambiente confuso e ruidoso, que nem o esforço e empenhamento dos profissionais de saúde consegue atenuar.

Por outro lado, doentes com patologias e traumatismos graves vêm a sua entrada no Serviço de Urgência impedida pelos maqueiros, sem qualquer triagem, enquanto muitos outros são remetidos para o Centro de Saúde, para prescrição de medicação, após terem sido observados por médicos do HESE.

Ao contrário da propagandeada melhoria da qualidade da prestação de cuidados, as medidas tomadas pelo Governo em matéria de saúde submetem-se única e exclusivamente a critérios economicistas de diminuição de despesas.

Só essa poderá ser a explicação para que não sejam pedidos exames de diagnóstico nas consultas hospitalares e se encaminhem os doentes para o médico de família ou que estejam a ser anulados centenas de pedidos de consultas hospitalares, solicitadas há muitos meses, sem o cuidado de aferir da gravidade das doenças.

Apenas virtualmente sem listas de espera, o HESE não olha a meios para cumprir objectivos meramente economicistas, impostos pelo Governo e perfilhados pelos responsáveis da saúde da nossa região. Os mesmos que, bem sabendo da falta de muito material e de condições no Centro de Saúde e USF, nada fazem para que os doentes sejam tratados com dignidade e deixem de ser bolas de pingue-pongue entre os serviços de saúde. – CPS/Évora

Conclusões do último Conselho Regional do PSD

O Conselho Regional do PSD, reunido em Angra do Heroísmo, em 24 de Março de 2007, concluiu:

1. Em 1996, o PS ganhou eleições regionais em nome duma alegada mudança política e de transparência no exercício do poder. Decorridos onze anos de governo da responsabilidade do PS, é fácil concluir que estas promessas ficaram por cumprir.

Ao longo destes onze anos de governo, o PS confundiu a Região com o partido, partidariizou o exercício do poder, transformando em favores aos cidadãos o que deveria decorrer do simples cumprimento da lei e apropriou-se dos cargos dirigentes da função pública.

O PS fez do Governo a sua oportunidade para apropriar-se da Administração Pública e dos mais de 500 dirigentes de topo.

O PSD denuncia esta atitude do Partido Socialista que contribui para a falta de qualidade da democracia nos Açores.

O novo governo do PSD acabará com a partidariização da Administração Pública.

A alternativa que o PSD propõe aos Açorianos passa por outra maneira de governar os Açores.

2. O PSD apresentará aos Açorianos outras propostas políticas, outros paradigmas, uma outra política, com o objectivo de criar mais riqueza, mais emprego e melhores condições de vida.

O PSD, não deixando de fiscalizar a actuação do Governo Regional, como compete à oposição em democracia, apresentará outras políticas, demonstrando que a governação socialista está gasta, cansada, sem imaginação - ultrapassada.

3. O Governo do PS não tem defendido os agricultores Açorianos na União Europeia e negligentemente esqueceu que há regras e estratégias negociais que devem ser observadas, num processo de concertação de interesses entre os 27 membros da União.

O POSEI-Agricultura atribui aos Açores cinquenta milhões de euros, cabendo à Região definir os critérios para a sua gestão, de acordo com as regras comunitárias estabelecidas.

De modo apressado, o Governo Regional propôs à União Europeia a atribuição dum subsídio de €150,00 a cada vaca leiteira, o que foi recusado.

Sem cuidar de salvaguardar o rendimento dos agricultores, o



Governo Regional apresentou nova proposta para atribuição dum subsídio para as lavouras com baixos encabeçamentos, como forma de promover a extensificação. Tal medida não é aplicável em S. Miguel e na Terceira, excluindo de apoios comunitários as duas ilhas com maior produção leiteira nos Açores.

4. O PSD manifesta a sua satisfação pela vitória da nossa comunidade emigrante nos Estados Unidos. O Governo da República recuou na intenção de encerrar os consulados de Portugal, em New Bedford e Providence.

O PSD saúda as nossas comunidades na Nova Inglaterra que, com a sua determinação, impediram um erro, com efeitos negativos para os interesses dos Açores e para a adequada representação duma comunidade de cerca de trezentos mil açorianos.

O PSD nunca hesitou na defesa dos interesses dos Açores, apresentando um Projecto de Resolução na Assembleia Legislativa que a maioria socialista rejeitou.

O PSD fez o contrário do Presidente do Governo Regional que, em 4 de Janeiro, admitiu e justificou o encerramento do consulado de Providence, preferindo a solidariedade partidária com o

Governo da República à defesa dos Açores.

5. O PSD assinala a celebração dos 50 anos da assinatura do Tratado de Roma que instituiu a CEE, hoje União Europeia, à qual os Açores conferem dimensão atlântica.

A integração dos Açores na União Europeia proporcionou um surto de desenvolvimento das nossas ilhas, sem paralelo na história, permitindo arrancá-las dum atraso secular a que um poder centralista e distante as tinha votado.

Um dos grandes desafios que, agora, se coloca aos Açores é aproveitar os meios, os recursos e as possibilidades que a integração num vasto espaço de 500 milhões de cidadãos conferem a uma região ultraperiférica como a nossa, com inteligência política e outra estratégia de desenvolvimento, que não continue a deixar os Açores para trás.

Temos de nos desenvolver mais depressa do que os outros, criar riqueza nos Açores, para combatermos o facto de nos estarmos a atrasar em relação à média comunitária.

Temos de participar mais e melhor nos processos de decisão europeia, através da Assembleia Legislativa e do Governo Regional, o que exige uma reforma institucional nos órgãos

de governo próprio dos Açores e uma mudança de atitude política. - Conselho Regional do PSD/Açores

«Uma nova etapa» na forma de fazer oposição ao governo socialista

O líder do PSD/Açores anunciou o início de uma “nova etapa” na forma de fazer oposição à governação socialista, através da apresentação de um conjunto de “grandes propostas” para os açorianos. “A função do PSD/Açores era, até agora, denunciar as fragilidades da governação socialista, mas temos que iniciar a caminhada para as eleições e preparar cuidadosamente as propostas para os açorianos”, afirmou Costa Neves, em declarações aos jornalistas à margem dos trabalhos do Conselho Regional do partido, que decorreram em Angra do Heroísmo.

O líder social-democrata garantiu, no entanto, que esta “nova etapa” na maneira de fazer oposição por parte do PSD/Açores “não ‘mata’ a anterior”, dado que o partido vai “continuar o combate, a denunciar e a assumir-se como oposição”. Segundo Costa Neves, os social-democratas querem demonstrar que

é possível haver “outros paradigmas na política açoriana e outras políticas para os Açores”. Para o presidente do PSD/Açores, a “versão socialista para democracia está a sufocar a iniciativa, a versão socialista para a Autonomia está a isolar os Açores e a versão socialista para o ‘desenvolvimento’ está a fazer o fácil, que é dar subsídios e promover obras públicas, sem melhorar as condições de vida dos açorianos”.

O líder social-democrata afirmou ainda que “os açorianos estão insatisfeitos” e que o PS “sabe disso e tem a noção que o PSD está a tratar estas questões”. “Por isso vem a correr para Terceira e reúne de emergência”, concluiu, referindo-se a uma reunião de dirigentes socialistas marcada para a mesma hora do Conselho Regional, em Angra do Heroísmo, de forma a coincidir com o encontro daquele órgão do PSD/Açores.

Desleixo e esquecimento na manutenção de pontos de maior valor turístico da ilha Terceira

O desleixo e o esquecimento parecem orientar a manutenção de dois dos pontos de maior valor turístico da ilha Terceira, os miradouros da Serra do Cume e da Serra de Santa Bárbara.

É isso que denunciam os deputados do PSD eleitos pelo círculo da Terceira que visitaram recentemente aqueles dois principais miradouros do interior da ilha. Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura alertam para o mau estado das

vias de acesso àqueles dois locais, de onde os visitantes podem desfrutar de vistas excelentes sobre a ilha e de onde, infelizmente “as autoridades competentes parecem estar ausentes com cuidados e valorização”.

As estradas têm “buracos às dezenas e os próprios pontos onde se situam cada um dos Miradouros estão vetados ao abandono completo, com um lamaçal imenso na Serra do Cume e o pavimento em muito mau estado na Serra de Santa Bárbara”. Numa altura em que se aproxima a dita época alta do turismo, e com as recorrentes afirmações, por parte do Governo Regional do “aumento no número de visitantes e perspectivas de ainda maiores subidas”, dados que os deputados social-democratas terceirenses não vêm confirmados localmente, a indignação dos parlamentares é justificada pois se “os dois pontos de maior beleza paisagística da ilha permanecem naquele estado, como se pode classificar a política desenvolvida na área e se confirma o imenso rol de promessas que vão sendo feitas para a Terceira”.

JSD-Açores apoia criação e bom funcionamento de Associações de Estudantes

O presidente da JSD/Açores anunciou hoje o lançamento de um manual alusivo à constituição de uma associação de estudantes no ensino secundário, em que são explicados todos os passos necessários para a criação e bom funcionamento de uma associação de estudantes. “Com este manual é possível às associações de estudantes saber onde é que podem ir buscar financiamento, proceder a

cálculos financeiros, fazer uma acta eleitoral e como convocar reuniões gerais de alunos”, afirmou Cláudio Almeida, em Angra do Heroísmo, numa conferência de imprensa destinada a assinalar o Dia do Estudante.

Em suma, considerou o líder dos jovens social-democratas, o documento aborda “todo o processo que uma associação de estudantes necessita para que consiga atingir os seus objectivos, reivindicando mais e melhor para os alunos, de modo a melhorar o ensino e as infra-estruturas que são essenciais para os estudantes açorianos”. Segundo o líder da JSD/Açores, é importante que os jovens que entram para o ensino secundário tenham um “apoio básico” para entrarem no mundo do associativismo estudantil, visto que no ensino básico as associações de estudantes “não são tão fomentadas”.

O manual vai ser distribuído a partir de Abril em todas as escolas secundárias dos Açores.

As palavras de Cláudio Almeida

Antes de mais gostaria de agradecer a vossa presença, que interpretamos como um sinal evidente da vossa consideração para com os Estudantes e a Juventude dos Açores.

Hoje, dia 24 de Março, comemora-se o Dia do Estudante.

É uma data importante. Uma data que assinala e reforça a autonomia da comunidade estudantil perante os Governos e reconhece que os estudantes são parte fundamental no contributo para a construção do futuro.

Por isso mesmo a JSD/Açores se quer associar a esta comemoração, lembrando:

— Que as Associações de Estudantes devem ser vistas como verdadeiras representantes dos estudantes. Que precisam de aconselhamento e de respostas face aos graves problemas que afectam as Escolas da nossa Região Autónoma. Que o Associativismo Estudantil deve ser apoiado e fomentado.

— Que o sucesso de uma política educativa se reflecte no desenvolvimento, na modernização e no progresso. O acesso a um ensino abrangente é um direito social básico de todos, sem restrições nem discriminações e é ao Estado que compete assegurar o seu funcionamento nas melhores condições.

— Que a Escola é o espaço social onde convivem grupos de classes sociais e diferentes culturas e é onde se aprende e se forma para a vida. A Escola é uma das mais importantes estruturas para a formação do indivíduo. É preciso reforçar a segurança nas Escolas e melhorar e rentabilizar as suas instalações desportivas.

— Que O Ensino precisa ser suficientemente motivador e capaz de proporcionar o sucesso escolar, numa cultura de exigência e do conhecimento. É preciso que o ensino escolar, desde o pré - escolar ao secundário, seja assente em bons níveis de leitura e de escrita, de interpretação e de raciocínio, preparando os alunos para serviços e empregos que cada vez mais exigem altos níveis de conhecimento.

— Porque os estudantes são o futuro dos Açores e porque as Associações de Estudantes desempenham um importante papel na defesa dos interesses dos estudantes, a Comissão Política Regional da JSD/Açores adoptou, e lança agora, este “Manual para a constituição de uma associação de estudantes no Ensino Secundário”, onde vêm explicados todos os passos para a constituição e bom funcionamento de uma Associação de Estudantes.

Um Viva ao Dia do Estudante!

Empresários da ilha das Flores, sem acesso a incentivos financeiros

O PSD/Açores denunciou a ineficácia das actuais políticas de apoio aos empresários da ilha das Flores, no tocante ao acesso a incentivos financeiros e às respectivas candidaturas.

Para o deputado António Maria Gonçalves é “urgente a criação de uma nova dinâmica para a atribuição de apoios aos empresários das Flores”. Referindo-se concretamente ao protocolo firmado entre a Secretaria Regional da Economia e a Câmara do Comércio e Indústria da



Horta “que define a forma de cooperação entre aqueles organismos, relativamente ao apoio na preparação de candidaturas a sistemas de incentivos financeiros respeitantes a projectos de investimento das ilhas Flores e Corvo”, o parlamentar social-democrata enviou um requerimento à Assembleia Regional, no qual interroga o executivo relativamente ao “conhecimento de intenções de investimento, por parte de empresários da ilha das Flores que foram goradas pela ineficácia da implementação do referido Protocolo”.

Segundo António Maria Gonçalves a “execução do referido acordo não tem sido eficaz, prejudicando os cidadãos da ilha das Flores que querem concorrer a incentivos financeiros. Há mesmo empresários que perderam a oportunidade de ver os seus projectos de investimento aprovados, devido à

demora na elaboração dos projectos e na apresentação dos mesmos às autoridades competentes”. Assim sendo, e uma vez que “reafirmando a realidade da falta de coesão económica e social de algumas das ilhas do nosso Arquipélago, o Governo Regional criou a “Ilhas de Valor” S.A, para reencaminhar e apoiar os investimentos nas denominadas “ilhas da coesão”, o parlamentar do PSD quer também saber se haverá lugar à “reformulação do referido Protocolo, de modo a que os empresários das Flores deixem de ser prejudicados no seu acesso aos sistemas de incentivos financeiros”. Caso contrário que alternativas pensa o executivo apresentar aos empresários locais para levarem avante as suas intenções de investimento, em prol da economia da ilha e para que os jovens florentinos se possam fixar na sua terra de origem”. – **Gab. Imp. PSD/Açores**

Costa Neves quer que açorianos saibam porque pagam produtos mais caros com IVA mais baixo



O líder do PSD/Açores defendeu que a Região deve estudar os motivos pelos quais diversos produtos são mais caros no arquipélago do que no continente, apesar da taxa do IVA no arquipélago ser 30 por cento inferior, e considerou que o governo regional tem responsabilidades na matéria, por não pretender que a situação seja analisada.

“É preciso perceber por que é que há um modelo de serviço público

no transporte marítimo de cargas e o Estado e a Região ‘desistem’ de 30 por cento do IVA, e um determinado produto de consumo corrente é mais caro do que continente”, afirmou Costa Neves, em declarações aos jornalistas no final de uma reunião com a administração da Portos dos Açores, SA, em Ponta Delgada.

O líder social-democrata considerou que é necessário conhecer “toda a cadeia de formação de preços”, mas sem criar “bodes expiatórios”, visto que há responsabilidades repartidas entre os armadores, administrações portuárias, intermediários e comerciantes.

Costa Neves desafiou, por isso, o governo regional a tomar medidas nesta área. “Se não querem o observatório dos preços e pretendem outra solução, digam qual é”, afirmou o presidente do PSD/Açores, referindo-se à proposta social-democrata de criação de um observatório dos preços na Região, chumbada recentemente pela maioria socialista no parlamento açoriano.

O líder social-democrata não deixou, no entanto, de referir que “há demasiado jogo combinado também no transporte marítimo de cargas”, dado que “os armadores acertam preços, posições, toques e calendários”. Para Costa Neves “não há visivelmente um sistema de concorrência” no transporte marítimo de cargas nos Açores.

O presidente do PSD/Açores acrescentou que o governo regional tem igualmente responsabilidades no facto de vários produtos serem mais caros na Região do que no continente, apesar da taxa do IVA ser inferior em 30 por cento. “O responsável por esta penalização, ao não querer tornar mais transparente este complexo mundo [do transporte de cargas entre os Açores e o continente] é o governo regional dos Açores”, afirmou Costa Neves. Para o líder social-democrata, o governo socialista “tem medo de mexer no que quer que seja”.

PSD alerta para falta de divulgação das datas para candidaturas ao POSEI

O PSD/Açores voltou hoje a alertar para o facto da época de candidaturas aos apoios do programa POSEI-Açores não ter ainda sido divulgada, ao contrário do que sucedeu em anos anteriores. Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata António Ventura, reforça um pedido já feito anteriormente, e depois do “Governo Regional ter apresentado aos Agricultores como a maior “bandeira” do programa, um apoio de 150 Euros por vaca leiteira, que não foi aprovado pela Comissão como era pretendido pelo executivo”.

Segundo Ventura interessa, pois, “saber em que medida o apoio agora aprovado para a vaca leiteira se assume como um obstáculo no acesso dos Produtores de Leite da Região ao mesmo”. E afirma que “as ajudas comunitárias em vigor são fundamentais para a sobrevivência da actividade agrícola nos seus vários subsectores, sendo que o atraso referido constitui mais uma dificuldade para o planeamento e gestão das explorações agrícolas”.

Segundo o deputado este impasse continua a levar “alguns agricultores a procurar o grupo parlamentar do PSD, mostrando a sua insatisfação perante a falta de informação por parte do governo regional”.

O programa POSEI-Açores é um instrumento legislativo que permite fazer face ao afastamento e à insularidade dos Açores, como região ultraperiférica. Por via de apoios específicos promove a igualdade social com o restante espaço europeu, abolindo determinados constrangimentos geográficos, como é o caso das despesas acrescidas com os transportes.

No requerimento, António Ventura refere também que “no próximo dia 31 de Março termina a campanha leiteira em vigor”, e que “a esse propósito interessa saber como evolui a produção de leite nos Açores e por cada Ilha”. – **PSD/Açores**

Notícias de Sintra

Intercâmbio com zona do Japão onde caiu a 2ª bomba atómica

Quatro jovens do concelho partiram no fim do mês para Omura (Japão), para um intercâmbio cultural que anualmente se realiza entre Sintra e Omura. Os jovens ficam no Japão durante o período de férias da Páscoa, até 6 de Abril.

Os quatro jovens, de idades compreendidas entre os 15 e os 18, matriculados num dos estabelecimentos de ensino secundário do concelho, vão ter a oportunidade de conhecer a cidade de Omura, na província de Nagasaki.

Durante este período os jovens ficam hospedados em casa de famílias japonesas, participando em diversas actividades culturais, sociais e de lazer, que fazem parte do programa organizado pela Câmara Municipal de Omura e que inclui uma recepção oficial do Presidente. O programa de actividades inclui também uma visita à cidade de Nagasaki e ao Museu da Bomba Atómica.

O programa enquadra-se na política de estreitamento de laços entre Portugal e o Japão que a autarquia tem vindo a levar a cabo desde 1997.



Pareceres Vinculativos

Conselho de Jurisdição Nacional

PARECER Nº 01 / 2007

O Presidente da Assembleia Distrital de _____ solicitou Parecer ao CJN relativamente à interpretação da alínea c), do nº 2, do Artº 38 dos Estatutos do PSD, ou seja, da participação dos Deputados eleitos à Assembleia da República pelo Distrito de _____ que integram a Bancada Parlamentar do PSD, nas reuniões da Assembleia Distrital.

A questão coloca-se relativamente ao Sr. Deputado _____, que integrou as Listas do PSD como independente, e ao Sr. Deputado _____ que, integrando também a Bancada Parlamentar do PSD, é, no entanto, militante do _____.

É princípio geral, e decorre designadamente do Artº 6 dos Estatutos, que o direito de participação nos órgãos partidários dimana e é inerente à qualidade de militante do respectivo Partido.

No caso concreto da Assembleia Distrital, para além dos membros a que o nº 1, do Artº 38 dos Estatutos se refere, temos também o direito de participação, “*sem direito de voto*”, a que alude o nº 2, da mesma disposição estatutária.

A redacção dada à alínea c), daquele nº 2, poderia levar a uma leitura de que bastaria a qualidade de Deputado eleito à Assembleia da República, por círculo eleitoral abarcado pelo Distrito a que respeite a Assembleia Distrital em causa, para haver tal direito de participação, o que, no limite, incluiria, designadamente, Deputados eleitos por outros partidos.

Como é óbvio, tal interpretação não é consentida, por absurda.

Mas é o próprio Artº 38 que, na sua alínea d), do nº 2 nos fornece elemento essencial à interpretação da disposição em causa, e que, a nosso ver, torna indiscutível ser necessária a qualidade de militante do Partido para, em princípio, o Deputado eleito por círculo do Distrito em causa, ter direito a participar nas reuniões da Assembleia Distrital, “*sem direito de voto*”.

Na verdade, a alínea d), do nº 2, dos Artº 38 dos Estatutos do Partido refere-se aos membros do Governo e aos Deputados do Parlamento Europeu, inscritos nas Secções do Distrito.

Significa isto que não basta ser membro de um Governo do PSD ou ser eleito ao Parlamento Europeu em listas do PSD, e residente num determinado Distrito, para poder participar nas reuniões da respectiva Assembleia Distrital do PSD, ainda que “*sem direito a voto*”.

Exige-se também a qualidade de militante inscrito na Secção do Distrito.

Efectivamente, não é admissível uma interpretação que introduzisse uma discriminação no sentido de, ao contrário do que acontece com os membros do Governo e dos Deputados ao Parlamento Europeu, tornasse possível a participação dos Deputados à Assembleia da República, na Assembleia Distrital, sem que estivessem inscritos no Partido.

No que ao caso concreto diz respeito, a questão é, obviamente, mais delicada em relação ao Deputado _____, por ser membro de outro Partido – o _____ – não fazendo sentido que possa participar, simultaneamente, em órgãos locais e distritais do seu Partido e em órgãos paralelos do PSD.

Já no respeitante ao Deputado Independente, _____, não se lhe reconhecendo, pelas razões já expendidas, o direito de participar nas reuniões da Assembleia Distrital, por via da alínea c), do nº 2, do Artº 38 dos Estatutos, não repugna, porém, que, em função das matérias em debate, o Presidente da Assembleia Distrital o possa convidar a participar nas respectivas reuniões, “*sem direito de voto*”.

Ponderados os factos e o direito, acorda o Conselho de Jurisdição Nacional, concluir emitindo o seguinte PARECER VINCULATIVO:

1. De harmonia com o nº 2, do Artº 38, dos Estatutos Nacionais do Partido, os Deputados, militantes do Partido, eleitos por círculo eleitoral que integre determinado distrito, têm o direito de participar, “*sem direito de voto*”, nas reuniões da respectiva Assembleia Distrital do PSD;

2. Tal direito, em princípio, cabe tão só aos Deputados que, integrando a bancada parlamentar do PSD, na Assembleia da República, sejam militantes do Partido inscritos em Secção do Distrito, tal qual o exige a alínea d), do nº 2, do Artº 38 dos Estatutos aos membros do Governo e aos Deputados eleitos ao Parlamento Europeu.

3. Por assim ser, não têm direito de participar nas reuniões da Assembleia Distrital, o Deputado que, integrando o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, foi eleito em lista do PSD como independente e é membro de outro partido;

4. Na verdade, não tem sentido que apesar de eleito como independente em lista do PSD o Deputado nessas circunstâncias possa, simultaneamente, participar nos órgãos distritais do seu partido e nos órgãos distritais do PSD;

5. Diferente é a situação de Deputado que, tendo sido eleito como independente em lista do PSD, não é, no entanto, militante de outro partido;

6. Em tal caso, integrando o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, o Deputado poderá participar nas reuniões da Assembleia Distrital do círculo por onde foi candidato, embora “*sem direito de voto*” e desde que para tanto convocado pelo respectivo Presidente.

O PRESIDENTE DO CJN

Guilherme Silva

Lisboa, 31 de Janeiro de 2007



PARECER Nº 02 / 2007

O _____ colocou ao Secretário-Geral dúvida sobre se o nº 4, do Artº 4 do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes tinha, ou não, aplicação às transferências entre Núcleos, dentro da mesma Secção.

Pretende-se, pois, saber se um militante inscrito no Núcleo de uma dada Secção, que transfira a sua inscrição para morada de outro Núcleo, da mesma Secção, fica, ou não, inibido de eleger e de ser eleito para os órgãos do Núcleo da nova morada, nos 180 dias subsequentes a essa alteração.

O nº 4, do Artº 4 do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes constitui uma restrição, ainda que temporária, ao exercício de direito essencial de participação política e partidária que não é passível de aplicação extensiva e, menos ainda, analógica.

O próprio Regulamento qualifica como transferência, apenas e só, as mudanças de Secção, pelo que o nº 4, do Artº 4, “*de jure condito*”, só tem aplicação nas transferências de uma Secção para outra e, portanto, nas eleições para os órgãos de Secção.

Non entanto, não deixam de ser reprováveis, as movimentações oportunistas de militantes da área de um Núcleo para a de outro, com vista a engrossar o apoio eleitoral de determinados candidatos.

Trata-se, pois, de questão que poderá vir a ser contemplada em futura revisão do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes, cuja competência cabe ao Conselho Nacional, nos termos do nº 4, do Artº 5 dos Estatutos do Partido, mas que não é, neste momento, aplicável ao caso em apreço.

Efectivamente, o Conselho de Jurisdição Nacional emite o seu Parecer, como faz, com base nas normas estatutárias e regulamentares vigentes, e não “*de jure condendo*”.

Ponderados os factos e o direito, acorda o Conselho de Jurisdição Nacional concluir, emitindo o seguinte PARECER VINCULATIVO:

1. O nº 4, do Artº 4 do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes inibe o militante que se transfira de uma Secção para outra, de eleger ou de ser eleito para os Órgãos da Secção para onde mudou, no período correspondente aos 180 dias subsequentes ao da sua transferência;
2. Consta-se que em períodos que antecedem eleições para as estruturas de Núcleos, ocorrem, com frequência, movimentações de militantes de um Núcleo para outro, dentro da mesma Secção;
3. Tais transferências, oportunistas de militantes da área de um Núcleo para a de outro, com vista a engrossar o apoio eleitoral a determinados candidatos é eticamente reprovável;
4. Porém, estando em causa a restrição, ainda que temporária, de direito cívico fundamental – o de eleger e ser eleito, no âmbito de organização partidária – não é possível alargar a aplicação aos Núcleos, do previsto no nº 4, do Artº 4 do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes;
5. Porém, *de jure condendo*, é recomendável que o Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes venha a consagrar norma idêntica ao do nº 4, do Artº 4 do citado Regulamento, para os casos de transferências de um Núcleo para outro, dentro da mesma Secção.

O Presidente do CJN

Guilherme Silva

Lisboa, 31 de Janeiro de 2007

PARECER Nº 03 /2007

- Questões colocadas -

A Comissão Política da Secção de _____ solicitou ao CJN, nos termos da alínea e), do Art.º 27 dos Estatutos do Partido, o seguinte Parecer Vinculativo:

“1 – *Pode o Presidente da Mesa de uma Assembleia de Secção participar nas reuniões da Comissão Política respectiva?*”

2- De acordo com o nº 2, do Artº 54 participa nas reuniões da Comissão Política de Secção o primeiro militante eleito para a Câmara Municipal em efectividade de funções.. Se este for simultaneamente Presidente da Mesa da Assembleia, há alguma incompatibilidade?

3- Podem participar nas reuniões da Comissão Política de Secção os membros suplentes?

4 – O Presidente ou outro dirigente da JSD da Secção podem fazer-se representar nas reuniões da Comissão Política de Secção?

5 – Igualmente, poderá fazer-se representar nas reuniões da Comissão Política o primeiro militante eleito para a Câmara Municipal? E por quem?”

- Parecer -

Os Estatutos Nacionais do Partido revelam uma grande flexibilidade e interacção entre os seus vários órgãos, procurando fomentar e estimular um recíproco fluxo de informação e de debate que permita aprofundar e tornar mais eficaz a acção política do Partido.

Os Estatutos reflectem essa preocupação, tanto ao nível nacional, como regional, distrital e local e está explicita, entre outras disposições, no Artº 72 dos Estatutos Nacionais

Por isso, nas situações que poderiam acarretar, em princípio, incompatibilidade de participação simultânea em vários órgãos, designadamente em órgãos que têm função fiscalizadora de outros, os Estatutos recorrem à figura da “*participação sem direito de voto*”.



Assim, por exemplo, ao Conselho Nacional cabe, entre outras, de harmonia com alíneas b) e c), n.º 2, do Art.º 18 as seguintes competências:

“b) – Apreciar a actuação dos demais órgãos do Partido, podendo revogar o mandato dos respectivos titulares se assim o entender estritamente necessário para a realização dos fins do Partido;

c) – Eleger o substituto de qualquer dos titulares da Mesa do Congresso e da Comissão Política Nacional, com excepção do seu Presidente, no caso de vacatura do cargo ou de impedimento prolongado, sob proposta do respectivo órgão”.

Acabe, pois, ao Conselho “*apreciar a actuação da CPN*” e até lhe compete eleger o substituto de qualquer membro da CPN, com excepção do Presidente, em caso de impedimento prolongado.

Tal, porém, não obsta a que, de harmonia com alínea a), n.º 2, do Art.º 19 dos Estatutos, se preveja a participação da CPN – entidade fiscalizada pelo Conselho Nacional – nas reuniões deste órgão, embora, “*sem direito de voto*”.

O mesmo acontece com a Assembleia Distrital, como decorre das alíneas b) e d) do n.º 2, do Art.º 37 e da alínea a), do n.º 2, do Art.º 38, ambos dos Estatutos.

Nesta perspectiva, não repugna que o Presidente da Mesa de uma Assembleia de Secção possa tomar assento na Comissão Política de Secção, na sua qualidade de “*1.º militante eleito na lista para a Câmara Municipal em efectividade de funções*”, uma vez que participa nas suas reuniões, “*sem direito de voto*”.

O que se pretende é que a Comissão Política de Secção possa ter, através dele, informação da actividade da Autarquia e possa transmitir as orientações políticas que tenha por adequadas no domínio local.

Em qualquer situação pontual, que, em função da matéria em discussão, possa comportar incompatibilidade ou conflitualidade nos dois desempenhos, sempre poderá o militante em causa declarar-se impedido de participar ou intervir, como poderá, mesmo, fazer-se substituir.

Efectivamente, em nome da maior eficácia do Partido, aos seus vários níveis, não repugna que, em tais casos, como solução de continuidade, ou, de preferência, pontualmente, o militante em causa se possa fazer substituir nas reuniões da Comissão Política de Secção, pelo 2.º militante eleito na lista para a Câmara Municipal em efectividade de funções, assegurando o fluxo de informação e a necessária orientação política, no âmbito local, entre as instâncias do Partido e os militantes que integram os órgãos municipais.

Acresce que as incompatibilidades, na medida em que se traduzem em restrições ao direito de participação política e partidária, têm que ser aplicadas da forma menos lesiva de tal direito:

Como referem Gomes Canotilho e Vital Moreira, “*in dubio pro libertas*” i.e., “*em caso de dúvida deve prevalecer a interpretação que, conforme os casos, restrinja menos o direito fundamental, lhe dê maior protecção, amplie mais o seu âmbito, o satisfaça em maior grau*” (in Constituição da República Portuguesa anotada, vol I, 2.º edição, Coimbra Editora, p 141).

De resto, o Artº 70 dos Estatutos, que trata das incompatibilidades, não prevê a situação agora em causa, não sendo lícito ampliar, pelas razões já referidas, o seu âmbito, extravasando a sua letra e espírito

Desta forma se responde às duas primeiras e à quinta das questões colocadas pelo Presidente da Comissão Política de ———.

No tocante ao ponto 3 - *Podem participar nas reuniões da Comissão Política de Secção os membros suplentes?* -, adianta-se o seguinte:

Os membros suplentes participarão nas reuniões da Comissão Política de Secção, de pleno direito, quando em substituição de membro efectivo que esteja impedido.

Fora de tais situações e por todas as razões já referidas que visam assegurar a maior participação dos militantes na vida do Partido, e desde que a Comissão Política de Secção delibere previamente nesse sentido, não se vê que haja obstáculo estatutário à sua participação nas respectivas reuniões, embora “*sem direito de voto*”.

Quanto ao ponto 4 do pedido de Parecer em causa, que respeita a saber se - “*O Presidente ou outro dirigente da JSD da Secção podem fazer-se representar nas reuniões da Comissão Política de Secção?*” -, importa referir o seguinte:

Trata-se de questão que não pode ser dissociada dos já referidos princípios de flexibilidade que devem estar, em cada momento, presentes, com vista à eficácia política do Partido.

Decorre do n.º 3, Artº 72, dos Estatutos, que “*os Presidentes de determinado órgão que tenham assento, por inerência, noutros órgãos só podem ser substituídos nestes, quando impedidos, pelo respectivos vice-presidentes*”.

Desta forma e respondendo à questão colocada, claro fica que o Presidente da JSD poder-se-á fazer substituir nas reuniões da Comissão Política de Secção em causa por um dos seus Vice-Presidentes para o efeito indicado.

Por outro lado, a própria circunstância de os Estatutos referirem também “*e outro dirigente da JSD da Secção*” tem implícita a ideia de que caberá à JSD, indicar “*um dirigente*”, para participar nas reuniões da Comissão Política de Secção, que, para o efeito deverá ser previamente indicado.

Naturalmente que, quer o “*outro dirigente*”, quer o Vice-Presidente, poderá substituir o Presidente nos seus impedimentos, deverão, por norma, ser os mesmos, em nome da estabilidade dos órgãos partidários.

Ponderados os factos e o direito, acorda o Conselho de Jurisdição Nacional concluir, emitindo o seguinte PARECER VINCULATIVO:

1. Os Estatutos Nacionais do PSD revelam grande flexibilidade no tocante à interacção dos seus diversos órgãos, tanto a nível local, como regional e central, com vista a tornar mais eficaz a acção política do Partido (v. Artº 72).

2. Daí que, mesmo na relação entre órgãos que, em alguma medida, têm função fiscalizadora de outros, os Estatutos recorrem à figura da “*participação sem direito de voto*” com vista a ultrapassar eventuais incompatibilidades;

3. Entre outros, temos as alíneas b) e c), n.º 2, do Artº 18 e o n.º 2, do Artº 19 no respeitante ao Conselho Nacional e à Comissão Política Nacional, e o disposto nas alíneas b) e d) do n.º 2, do Artº 37 e da alínea a), do n.º 2, do Artº 38 relativamente à Assembleia Distrital;

4. Não há, assim, impedimento, em que um militante Presidente da Mesa da Assembleia de Secção tome assento na Comissão Política de Secção, na sua qualidade de “*primeiro militante eleito para a Câmara Municipal em efectividade de funções*”, uma vez que participa, nas suas reuniões, “*sem direito de voto*”;

5. Em qualquer situação pontual de conflito, sempre o militante em causa poder-se-á declarar impedido, ou fazer-se substituir pelo segundo militante eleito na lista para a Câmara Municipal em efectividade de funções;

6. As incompatibilidades, na medida em que se traduzem numa restrição de direitos, têm natureza excepcional, não sendo assim lícita qualquer interpretação ampliada do disposto do Artº 70 dos Estatutos;

7. Os membros suplentes das Comissões Políticas de Secção, bem como, aliás, dos demais órgãos do Partido, participam nas respectivas reuniões de pleno direito, quando em substituição de membro efectivo que esteja impedido;

8. Não há, porém, impedimento à normal participação dos membros suplentes, mesmo que não em substituição dos efectivos, embora “*sem direito de voto*”, nas reuniões da Comissão Política de Secção, desde que esta delibere previamente nesse sentido;

9. De harmonia com o nº 3, do Artº 72 dos Estatutos, o Presidente de determinado órgão que tenha assento noutra órgão, por inerência, só se pode fazer substituir, quando impedido, pelos respectivos Vice-Presidentes;

10. Em nome da continuidade e da estabilidade dos órgãos partidários e sua composição, por norma e preferencialmente, em tais casos, deve ser sempre indicado o mesmo Vice-Presidente;

11. Igualmente, por força de princípio da estabilidade dos órgãos, “*o outro dirigente*” que compete à JSD indicar para a Comissão Política de Secção, nos termos da alínea b) do nº 1, do Artº 54 dos Estatutos, deve participar, com continuidade, nas reuniões daquele órgão, o mesmo devendo acontecer nas situações similares previstas para a JSD, para os TSD e para os ASD, designadamente nas alíneas e), f) e g), do nº 1, do Artº 22 e alíneas b), c) e d), do nº 2, do Artº 44, ambos dos Estatutos.

O Presidente do C.J.N.

Guilherme Silva

Lisboa, 31 de Janeiro de 2007

PARECER nº 04/2007

- Questões Colocadas -

O militante nº _____, _____, inscrito pela Secção _____, solicita Parecer ao CJN no que concerne à interpretação e alcance do nº 2, Artº 61, do nº 2, do Artº 31 e da alínea a), nº 2, Artº 30, todos dos Estatutos Nacionais do Partido.

Dispõe o nº 2, do Artº 61 dos Estatutos Nacionais do Partido, relativamente à Comissão Política de Núcleo:

“*Participam nas reuniões, sem direito de voto, o primeiro militante eleito na lista para a Assembleia de Freguesia em efectividade de funções e o Coordenador do Grupo de Lista da Assembleia de Freguesia*”

Por sua vez, o Artº 31 dos Estatutos refere no seu nº 1, o seguinte:

“*Os eleitos para o Parlamento Europeu e para as Assembleias das Autarquias em Listas apresentadas pelo Partido, no exercício efectivo do seu mandato, constituem-se em Grupos de Lista a fim de concertar e definir em comum a sua acção.*”

Recorre depois os Estatutos ao previsto para ao Grupo Parlamentar, no Artº 30, quando no nº 2, do seu Artº. 31, refere:

“*Os Grupos de Lista exercem as competências previstas no Artº 30, nº 2, com as necessárias adaptações.*”

Não importa agora considerar se a remissão, por simplificação normativa, foi a mais feliz, não se podendo perder de vista, no entanto, que há, como não podia deixar de ser, o cuidado de consignar que tal aplicação se processa, “*com as necessárias adaptações*”.

Face à regulamentação decorrente das normas transcritas coloca o militante _____ a seguinte questão concreta:

Nas últimas eleições autárquicas que tiveram lugar em Outubro de 2005, o PSD elegeu para a Assembleia de Freguesia de _____, em _____, x autarcas, em y, ficando assim com maioria absoluta.

De entre esses x militantes eleitos temos em primeiro lugar, como cabeça de lista, o militante _____ e em quarto lugar da mesma lista, o militante _____.

Por força da Lei das Autarquias Locais (Lei 169/99, de 18 de Setembro, nº 1, do Artº 4) o militante _____ assumiu automaticamente a função de Presidente da Junta de Freguesia, avançando, em sua substituição, para a Assembleia de Freguesia, o companheiro _____.

Entretanto, na primeira reunião da Assembleia de Freguesia foram eleitos para o executivo, como vogais, por proposta do Presidente da Junta, os militantes: _____, _____, o militante que subscreve o presente pedido de Parecer e ainda o militante _____, ou seja, os 2º 3º 4º e 5º da lista.

Acontece que o militante _____ (o 4º da lista) demitiu-se do executivo da Freguesia, tendo ido ocupar o lugar que lhe competia na Assembleia de Freguesia, sendo que todos os demais elementos do PSD que integram a Assembleia de Freguesia, têm na lista de candidatura eleitoral, lugares abaixo daquele militante.

A dúvida colocada e sobre a qual é pedido o Parecer do CJN reside, por um lado, em saber, face aos factos referidos e seu contexto, qual, para efeitos do nº 2, do Artº 61 dos Estatutos, “*o primeiro militante eleito nas listas para a Assembleia de Freguesia em efectividade de funções*”, por um lado e, por outro, como deverá ser escolhido o “*Coordenador do Grupo de Lista da Assembleia de Freguesia*” para efeitos do mesmo nº 2, do Artº 61, tendo em conta o disposto no nº 2, do Artº 31, e o nº 2 do Artº 30, ambos dos Estatutos.

Acontece que, no caso, tal dúvida decorre ainda da circunstância do militante _____ ter sido indicado (ou designado) Coordenador de Lista na Assembleia de Freguesia pelo Presidente de Junta.

- Parecer -

Feito o enquadramento factual e normativo do caso colocado à apreciação do CJN, com vista à emissão de Parecer que fixe o alcance e o sentido das disposições referidas e, em parte transcritas, importa passar à sua análise e ponderação.

Em primeiro lugar, é necessário ter presente qual a “*ratio*”, tanto do disposto no Artº 31, como do consignado no nº 2, do Artº 61, ambos dos Estatutos.

Os Estatutos revelam, e bem, a preocupação de que a constituição das listas de candidaturas do Partido, a órgãos da estrutura política e administrativa do Estado ou em que Portugal participe, emergentes de actos eleitorais, não se esgotem nessas candidaturas e que, em caso de eleição de militantes do PSD para esses órgãos, se mantenham entre eles e as estruturas do Partido, nos seus diferentes níveis, uma estreita relação de cooperação e de coordenação política.

É evidente que, neste particular, o órgão que assume maior relevância e, por isso, tem o estatuto de órgão Nacional do Partido, é o Grupo Parlamentar do



PSD, na Assembleia da República que, naturalmente, coordena a sua acção ao mais alto nível, com a CPN (V. alínea c), do Artº 30, nº 1, do Artº 22 e nº 2, Artº 26 todos dos Estatutos).

Importa ainda ter presente o disposto do nº 2, do Artº 54 dos Estatutos relativamente à Comissão Política de Secção e que se transcreve:

“Nas secções de âmbito municipal ou intermunicipal, participam nas reuniões, sem direito de voto o primeiro militante eleito na lista para a Câmara Municipal em efectividade de funções e o Coordenador do Grupo de Lista da Assembleia Municipal.”

Esta disposição ajudar-nos-á a melhor apreender o sentido e alcance do nº 2, do Artº 61, sobre o qual é pedido o nosso Parecer.

Porquê esta previsão de participação, ainda que “*sem direito de voto*”, nas reuniões da Comissão Política de Secção, por um lado, do “*primeiro militante eleito na lista para a Câmara Municipal em efectividade de funções*” e, por outro, do “*Coordenador do Grupo de Lista da Assembleia Municipal*”?

A questão visa fundamentalmente, a necessidade de garantir o fluxo de informação entre o órgão executivo municipal - através do militante com mais relevante posição nesse órgão - e a Comissão Política de Secção do PSD, assegurando a necessária orientação e coordenação política, no âmbito local.

Por outro lado, idêntica razão se coloca no que diz respeito à Assembleia Municipal, em que tal fluxo de informação entre aquele órgão e o Partido, a nível local, e a necessária orientação e coordenação política se assegura através do Coordenador do Grupo de Lista da Assembleia Municipal e o assento que lhe é garantido nas reuniões da Comissão Política de Secção do Partido.

Porque surge a dúvida que o militante _____ colocou relativamente ao nº 2, do Artº 61 dos Estatutos?

A razão é simples e decorre da Lei das Autarquias Locais (Lei 169/99, de 18 de Setembro).

É que, enquanto no tocante aos órgãos Municipais há listas distintas para a Câmara e para a Assembleia Municipal, já para as Freguesias há uma lista única, concorrente à Assembleia de Freguesia, saindo desta o Presidente e os demais membros da Junta.

O Presidente é o mais votado da lista candidata à Assembleia de Freguesia que elege, de entre os seus demais membros, os restantes vogais da Junta.

Ora, como se viu em relação à Comissão Política de Secção, é preocupação dos Estatutos que a ligação do Partido aos dois órgãos municipais (Câmara e Assembleia) se faça através dos militantes eleitos para aqueles órgãos, conferindo-lhes assento na Comissão Política de Secção, pelas razões já referidas.

Assim, no mesmo sentido terá de ser interpretado o nº 2, do Artº 61, ou seja, como se aquela disposição referisse: “*o primeiro militante eleito na lista para a Junta de Freguesia em efectividade de funções e o Coordenador do Grupo de Lista da Assembleia de Freguesia*”.

Claro que os Estatutos não podiam usar aquela fórmula, pela razão simples de que, como já se referiu e demonstrou, não há eleição para a Junta de Freguesia mas para a Assembleia.

Assim sendo, o militante que, por força do nº 2, do Artº 61 tem assento na Comissão Política de Núcleo, ainda que sem direito a voto, é o primeiro militante eleito para a Assembleia de Freguesia e que, no caso, por força da Lei das Autarquias Locais, exerce as funções de Presidente de Junta de Freguesia.

Já quanto ao Coordenador do Grupo de Lista da Assembleia de Freguesia, é através dele que se assegura a presença de militante que integra aquele órgão, na Comissão Política de Núcleo, em que tem assento, ainda que “*sem direito de voto*”.

Assim, fará todo o sentido que o Coordenador do Grupo de Lista da Assembleia de Freguesia seja eleito pelos seus pares em exercício na Assembleia de Freguesia, por força da alínea a) do nº 2, do Artº 30, *ex vi* do nº 2, do Artº 31.

Não terá sido esse o processo relativamente ao militante _____ que terá sido indicado (ou designado) pelo Presidente da Junta .

Em todo o caso, será fácil regularizar tal situação, submetendo o nome daquele militante ao sufrágio dos seus pares.

Ponderados os factos e o direito, acorda o Conselho de Jurisdição Nacional concluir, emitindo o seguinte PARECER VINCULATIVO:

1. O nº 2, do Artº 61, dos Estatutos Nacionais do PSD estabelece, relativamente à Comissões Políticas de Núcleo o seguinte:

“Participam nas reuniões, sem direito de voto, o primeiro militante eleito na lista para a Assembleia em efectividade de funções e o Coordenador do Grupo de Lista da Assembleia de Freguesia.”

2. Por sua vez, o nº 1, do Artº 31, dos mesmos Estatutos preceitua que:

“Os eleitos para o Parlamento Europeu e para as Assembleias das Autarquias em lista apresentadas pelo Partido, no exercício efectivo do seu mandato, constituem-se em Grupos de Lista a fim de concertar e definir em comum a sua acção.

3. Por seu lado, o nº 2, do mesmo Artº 31, prevê que:

“Os Grupos de Lista exercem as competências previstas no Artº 30, o nº 2 com as necessárias adaptações.”

4. A Lei das Autarquias Locais (Lei 169/99, de 18/9) prevê, no respeitante às Freguesias, uma lista única de candidatos à Assembleia de Freguesia, não havendo, assim, lista autónoma para a Junta;

5. Em conformidade, com o nº 1, Artº 4, da citada Lei 169/99 de 18/9, o cabeça de lista da candidatura mais votada, à Assembleia de Freguesia, assume automaticamente a função de Presidente da Junta;

6. Saem ainda das listas votadas para a Assembleia de Freguesia, e por eleição que tem lugar na sua primeira reunião, os Vogais que vão integrar a Junta;

7. Os demais eleitos mantêm-se como membros da Assembleia de Freguesia;

8. Desta interpenetração entre a Junta e a Assembleia de Freguesia decorre que, em função do resultado eleitoral e assumindo o primeiro candidato da lista mais votada o cargo de Presidente da Junta, temos que, no caso de tal acontecer com lista do PSD, haverá outro militante que ficará à frente de os demais que se mantêm em exercício de funções na Assembleia de Freguesia;

9. Nessas circunstâncias pode levantar-se a dúvida sobre saber, para efeitos do nº 2, do Artº 61 dos Estatutos, qual o “*primeiro militante eleito na lista para a Assembleia de Freguesia em efectividade de funções*”;

10. Cruzam-se nas disposições em causa duas preocupações – por um lado, estabelecer um fluxo de informação entre os órgãos locais do Partido e as estruturas autárquicas, para as quais tenham sido eleitos militantes do PSD, assegurando-se a necessária coordenação política (v. nº 2, do Artº 61 dos Estatutos);

11. Por outro lado, procura-se aproveitar uma certa dinâmica criada à volta das listas de candidatos do Partido às eleições para órgãos da estrutura política e administrativa do Estado, com a mesma finalidade de informação e coordenação política com os militantes eleitos (Artsº 30, 31 e 61 dos Estatutos);

12. Conjugadas as disposições citadas com a Lei Eleitoral Autárquica, não restam dúvidas de que o “*primeiro militante eleito na lista para a Assembleia de Freguesia em efectividade de funções*” é o cabeça de lista, independentemente de integrar a Junta ou a Assembleia de Freguesia, o que sempre dependerá dos resultados eleitorais obtidos pela lista do PSD;

13. Só no caso da lista do PSD não ter obtido resultado que lhe assegure a integração de militante na Junta é que, tanto o primeiro militante eleito na lista para a Assembleia de Freguesia em efectividade de funções, como o Coordenador do Grupo de Lista para Assembleia de Freguesia, tomarão assento na Comissão Política de Núcleo;

14. No que toca à escolha do Coordenador do Grupo de Lista da Assembleia de Freguesia, o mesmo deverá ser eleito pelos demais militantes que integram a Assembleia de Freguesia, por força da alínea a), do nº 2, do Artº 30, *ex vi* do nº 2, do Artº 31, ambos dos Estatutos.

O Presidente do C.J.N.

Guilherme Silva

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2007



BEJA

Nos termos dos Estatutos nacionais do PSD, convoco uma reunião da Assembleia de Secção de Beja, a realizar no próximo dia 7 de Maio de 2007 (Segunda-feira), pelas 21H00, na sede concelhia, sita na Praça da República, n.º 17, em Beja, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Análise da situação política

LAGOA

Nos termos do artigo 50º, da alínea c) do Estatutos Nacionais do PSD e para efeito do artigo 3º do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes inscritos na Secção de Lagoa do PSD, para uma Assembleia Eleitoral a realizar-se no próximo dia 4 de Maio de 2007 (sexta-feira), pelas 19h00, na sede do Partido, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, em Lagoa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas de voto estarão abertas durante duas horas, entre as 19h00 e as 21h00.

Nos termos do n.º 4 do artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as candidaturas devem ser apresentadas ao presidente da Mesa de Assembleia, em listas completas para cada órgão, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Em nenhuma circunstância o número de suplente poderá ser superior a 30% do total de efectivos (n.º9, artigo 4º do Regulamento

NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de militantes do Núcleo Ocidental do Porto do PSD, a reunir no dia 12 de Abril de 2007, pelas 21h00, na Sede do Núcleo na Rua Pinheiro Manso 305, Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos.

Ponto único: QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional com

a presença do Deputado do Parlamento Europeu Dr. Silva Peneda.

VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova da Barquinha, para reunir no próximo dia 28 de Abril de 2007, pelas 15h45, na Rua Vasco da Gama, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Política.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Viseu, para uma reunião ordinária da Assembleia de Secção de Viseu do PSD, a realizar no dia 16 de Abril de 2007 (segunda-feira), pelas 21h00, no Solar dos Peixotos (Edifício da Assembleia Municipal), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Linhas Estratégicas para o Concelho, no âmbito do QREN.
4. Reflexão sobre o Programa do Partido.



PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião dia 18 de Abril de 2007, pelas 21h30, na Sede Concelhia da JSD, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção

(Filipe Araújo)

NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Ocidental do Porto, para reunir no próximo dia 4 de Maio de 2007, pelas 20h30, na Sede Concelhia

da JSD do Porto, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Núcleo;
- 2 – Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 20h30 e as 23h30.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede da Secção Concelhia da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa

(Filipe Araújo)



Setúbal

Nos termos dos Estatutos dos TSD, convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 13 de Abril de 2007, sexta-feira, pelas 21H00, na **SECÇÃO DE SETÚBAL DO PSD**, sita na R. Rodrigues de Freitas, n.º 23 – 1º Esq., em **Setúbal**, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e Aprovação da Moção de Estratégia Política e Sindical.

Setúbal, 23 de Março de 2007
O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
Aureliano Moreira Guedes

AML

Convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Lisboa para o dia 3 de Abril de 2007, pelas 18:00, na sede distrital dos TSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Informações
- 2- Moção de Estratégia
- 3- Alteração dos Estatutos

Lisboa, 6 de Março de 2007

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD/AML,

(Prof. Carlos Chagas)